

um um diagnóstico adequado que aponte para onde olhar e o que fazer. “Essa é a base para um bom projeto. Somente a partir de um mapeamento das potencialidades e das vulnerabilidades do local é que se pode estabelecer as primeiras ações”, afirma. Fernando Fernandes, do Observatório de Favelas acrescenta: “a maneira como o problema é visto será fundamental no modo como ele vai ser tratado”.

Nesse sentido, Ana Beatriz Patrício ressalta que não se deve observar apenas os pontos fracos da comunidade. “O diagnóstico aponta as vulnerabilidades, mas é ele que vai mostrar também os pontos fortes das regiões”, diz. Esse mapeamento é que vai dar as diretrizes para elaborar os projetos, que, ainda de acordo com a superintendente do Itaú Social, “devem considerar as características específicas de cada comunidade e dos locais onde estão inseridas”.

Uma etapa posterior, mas imprescindível para qualquer projeto, é a avaliação. É fundamental que a proposta apresente números, indicadores sociais e ponderações sobre impactos e resultados. Essa parte muitas vezes é difícil de ser realizada, já que nem sempre esses indicadores estão disponíveis. Mas, segundo os especialistas, ao se fazer um estudo sobre a região e a população alvo do projeto, deve-se ter a preocupação de aferir ao máximo todos esses dados. Ana Beatriz Patrício é categórica ao afirmar: “Quem lida com projeto social tem o dever de demonstrar os resultados”.

Para Cristiane Félix, esse processo é importante também para aproximar a comunidade, muitas vezes desmotivada e descrente nas ações sociais, dos projetos. De acordo com a coordenadora de projetos, “se a família é chamada para participar desde o início, tem suas angústias ouvidas e depois percebe os resultados, dificilmente a confiança estabelecida será perdida”. Mas, para que isso aconteça é preciso que todos os atores envolvidos no projeto saibam o papel que ocupam nessa proposta.



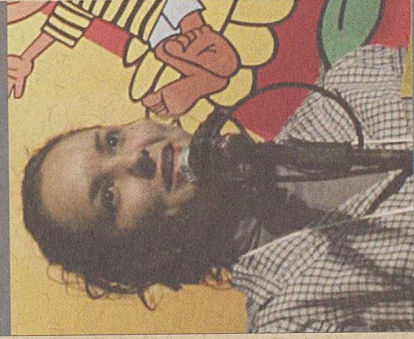
#### ANA BEATRIZ PATRÍCIO

Superintendente da Fundação Itaú Social. Pedagoga com pós-graduação em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Administração do Terceto Setor pela FGV-SP. Atua há mais de 30 anos com Educação de crianças, jovens e adultos.



#### CRISTIANE FÉLIX DOS SANTOS

Coordenadora de Projetos do Instituto C&A de Desenvolvimento Social nas regiões Norte e Nordeste. É jornalista, com especialidade em Educação e mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco.



#### FERNANDO LAINNES FERNANDES

Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e coordenador de Articulação Institucional e Elaboração de Projetos do Observatório de Favelas.





## MÍDIA COMO PARCEIRA

Ganhar os jornalistas é um passo fundamental para divulgar os direitos de crianças e adolescentes

**M**ídia e movimentos sociais. Quando se pensa nessa relação, é comum a imagem de conflito entre as duas partes. De um lado, os conselheiros e os integrantes de organizações da sociedade civil acusam os jornalistas de serem superficiais em suas matérias, não dedicarem tempo suficiente para conhecer os projetos das organizações e abordarem sempre as mesmas questões sobre o tema. Do outro, os repórteres reclamam que as instituições não sabem disponibilizar as informações de forma clara, que são confusos na hora de expor o trabalho que realizam e, apesar de sempre demandarem a presença da mídia, nunca ficam satisfeitos com o que é divulgado.

Mas afinal, que lado tem razão? Todos e nenhum. Para que tanto os interesses de jornalistas quanto de conselheiros, sejam atendidos da melhor forma, é fundamental estabelecer uma “parceria pedagógica” entre ambos. E o primeiro passo para que isso aconteça é que um conheça melhor o trabalho do outro. Se o repórter trabalha com uma pauta pré-definida, em um espaço limitado para escrever e com pouco-tempo para se aprofundar no assunto, por que não facilitar sua vida?

Como ensina o diretor-executivo da Oficina de Imagens – Comunicação e Educação, Luiz Guilherme Gomes, coisas simples podem ajudar nessa relação entre movimento social e mídia. “Temos que nos comu-

nicar bem com os jornalistas para passar a informação que queremos. Devemos ter um mapeamento da situação da criança e do adolescente, focar o que se quer dizer, disponibilizar material, fotos. Temos que ‘seduzir’ o repórter e ‘aliciá-lo’ para a nossa causa”. Luiz, que é jornalista, também alerta para uma posição comum que deve ser evitada: “A gente às vezes fica colocando a culpa no outro. Mas a informação é uma co-responsabilidade. Se a notícia está saindo errada, nós não a estamos dizendo corretamente para eles”.

### COMEÇANDO EM CASA

O trabalho para qualificar a informação começa dentro da própria “casa”, com a comunicação-interna. “A comunicação é vital e também barata de ser feita. Nesse sentido ela deve ser inserida em todos os projetos, que precisam prevê-la em sua elaboração. E não só para divulgar, mas também para promover e melhorar o trabalho da instituição”, afirma a jornalista Rosina Duarte, coordenadora do Projeto Boca de Rua, da ONG Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação).

Outro ponto levantado por Luiz Guilherme é a importância das instituições ampliarem o leque de possibilidades, enxergando as oportunidades de comunicação para além das grandes mídias. Mais do que

### FÁCIL, BARATO E EFICIENTE

Criar canais para a comunicação com a sociedade pode ser mais fácil do que se imagina. Abaixo seguem algumas dicas de iniciativas que podem ser realizadas nas instituições sociais:

**Jornais nos postes e ônibus:** mesmo que a cidade não tenha ônibus, certamente ela terá postes! Nesses dois espaços é possível criar mídias próprias, em formato cartaz, que podem divulgar campanhas e dados importantes para os cidadãos. **Jornal varal:** esse é um meio para a divulgação de informes rápidos. A produção é simples: os matérias devem vir impressos ou escritos em folhas de material resistente, que ficam presos em um varal, com pregadores.

**Sistema de som:** carros, bicicletas e postes podem servir de suporte para a instalação de caixas de som, que podem ganhar programação ao vivo ou veicular mensagens pré-gravadas.

**Panfletagem:** montar um material bonito e atrativo para a distribuição em locais movimentados também pode surtir muito efeito. É importante que quem for entregar os panfletos esteja preparado, pois, muitas vezes, as pessoas aproveitam para tirar dúvidas quando recebem os folhetos.

*Adaptado de Mídia e conselhos — um guia para encurtar a distância entre Conselhos de Direitos, Turelas e a sociedade.*



“Há muito tempo a comunicação já deveria fazer parte dos currículos escolares com rádios, jornais e TV escolas para que as crianças, desde cedo, busquem o domínio desses meios”

#### ALEMBERG QUINDINS

Músico, pesquisador e educador autodidata, fellow da Ashoka e líder Avina. Criou em 1992 a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Kariri, na Cidade de Nova Olinda, interior do Ceará, uma escola de gestão e protagonismo onde crianças e jovens administram uma TV, rádio, editora, museu e teatro.



veículos, é preciso pensar em eventos de comunicação. Uma feira, uma missa ou uma fila de banco são boas oportunidades para divulgar materiais informativos sobre as crianças e os adolescentes. “Às vezes é muito mais eficaz atingir as quinientas pessoas que estão na missa ou na feira do que colocar uma matéria no *Jornal Nacional*”, considera Luiz.

#### COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Mas a contribuição das mídias para as ações voltadas para as crianças e os adolescentes está longe de se limitar à divulgação em jornais impressos, radiofônicos ou televisivos: Rosina considera que o primeiro momento mais importante na história da humanidade foi o domínio do fogo e o segundo foi o estabelecimento da comunicação. Dessa forma, seria anormal não se comunicar. A relevância da comunicação também é ressaltada por Altemberg Quindins, criador da Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri, em Nova Olinda, no Ceará. “Há muito tempo a comunicação já deveria fazer parte dos currículos escolares com rádios, jornais e TV escolas para que as crianças, desde cedo, busquem o domínio desses meios”, analisa.

Um dos principais ganhos que a experiência em promover comunicação proporciona às crianças e aos jovens

é o desenvolvimento de um olhar crítico em relação ao que é veiculado pela grande mídia. Fazer seus próprios meios permite que esses meninos e meninas construam um olhar mais maduro e não se estabeleçam apenas como consumidores de mídia. É o que acontece há 15 anos com as crianças e os jovens atendidas pela Fundação Casa Grande. Lá, eles estudam a comunicação do homem da pré-história à multimídia, além de desenvolverem programas na Rádio Casa Grande FM e na TV 100 Canal, que é exibida antes das sessões de cinema da cidade.

Para quem não tem uma estrutura para criar uma TV ou uma rádio comunitária, a recomendação de Altemberg Quindins é não desanimar. Segundo ele, uma boa opção, para começar, é organizar uma “rádio escolar”. “Essa mídia é interessante porque integra a comunidade escolar e não é difícil de fazer. Basta montar um estúdio e transmitir para a escola com caixas de som. Qualquer técnico de som sabe montar isso”, diz. Para quem tem interesse nas ações de comunicação, há várias publicações que ajudam na elaboração dessas iniciativas, trazendo dicas e metodologias. Os palestrantes indicam duas: o *Guia Mídia e Conselhos* (ver box) e o livro *SOS Comunicação: estratégias para divulgação do Terceiro Setor*, de autoria da jornalista



Rosina Duarte.

#### ROSINA DUARTE

Jornalista e membro da Agência Livre para Infância, Cidadania e Educação (Allice), que tem por objetivo promover o acesso ao conhecimento e à informação por meio da comunicação praticada de forma democrática. Coordena e edita jornais alternativos desenvolvidos por grupos e comunidades. Escreveu os livros *Porto Sal – O Grande Desafio de Financiar Pequenos e Contos sem Fada*, *Retalhos de Memória* e *SOS*



“Temos que nos comunicar bem com os jornalistas para passar a informação que queremos. Temos que ‘seduzir’ o repórter e ‘aliciá-lo’ para a nossa causa”



ARTICULAÇÃO DOS CONSELHOS

## NOVOS ESPAÇOS, VELHOS FAZERES POLÍTICOS

Instituídos há poucas décadas, conselhos ainda encontram dificuldades para se constituírem como possibilidade de participação e articulação política





Completando 17 anos em 2007, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ainda impõe como desafio a construção de redes para a garantia dos direitos de meninos e meninas. Pegando carona nessa provocação, a sétima edição do *Seminário Pró-conselho* trouxe como proposta para a conferência de abertura a discussão sobre a articulação dos conselhos como uma nova possibilidade de se fazer a política pública para a infância e a adolescência.





## PARA INTEGRAR AÇÕES

### Dividindo o espaço:

“Nas cidades de pequeno porte, uma solução para a integração pode ser a localização espacial dos conselhos em um mesmo lugar. Hoje, muitos municípios brasileiros já fazem isso. O estado do Ceará tem a chamada Casa dos Conselhos, que é uma idéia interessante, porque os conselheiros passam a conviver uns com outros. Isso pode ser um primeiro passo e também uma maneira de resolver problemas comuns, como a falta de telefone, de secretária e de outros recursos”.

### Integrando ações:

“Em algumas áreas, como Assistência Social e Criança e Adolescente, os conselheiros podem ser pelo menos observadores nos outros conselhos. Muitas vezes, a articulação não acontece porque o conselheiro não sabe das atividades que o outro está fazendo e que são plenamente compatíveis. Podemos pensar na articulação pelo lado da observação e partir para as capacitações integradas, nas quais os problemas e impasses de uma área são conhecidos por outras”.

### Pensando junto:

“Outra possibilidade é a criação de câmaras técnicas intersetoriais. Também acho que em termos de Estado, a gente deve começar a pensar em porções partilhadas do orçamento. Isso pode implicar um conjunto de problemas técnicos, mas por outro lado, se há essa divisão do orçamento, para áreas geográficas próximas, com ação integrada de secretarias e de conselhos, incentiva-se a integração da política social. Integrar os conselhos é importante, mas muito mais importante que integrar os conselhos é integrar as políticas sociais”.



### LEONARDO AVRITZER

Coordenador do Projeto *Democracia Participativa* e professor adjunto do Departamento de Ciência Política da UFMG. É mestre em Ciência Política pela UFMG e doutor em Sociologia pela *New School for Social Research*.

Nos últimos anos, esses espaços de participação se fortaleceram. Temas como juventude, igualdade racial e pessoas com deficiência também ganharam seus conselhos. Dados apresentados pelo professor do departamento de Ciência Política da UFMG e coordenador do Projeto *Democracia Participativa*, Leonardo Avritzer, apontam para a existência de mais de 10 mil conselhos em todo o Brasil, reunindo entre 35 e 40 mil conselheiros – número superior ao de vereadores.

Diante de tantas pessoas envolvidas nessas esferas de participação, torna-se crucial voltar os olhos para o modo como esses espaços vêm sendo utilizados. E foi isso que palestrantes e convidados fizeram durante as três horas de acalorado debate. Um momento de reflexão sobre o que se espera *verus* o que tem sido feito.

## COM A FACA E O QUEIJO NAS MÃOS

Integrar políticas para potencializar as ações na área social. Esse foi o lema repetido diversas vezes durante o debate. Logo no início, o pedagogo e diretor da Modus Faciendi, Antônio Carlos Gomes da Costa, recorreu ao artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata da política de atendimento, para enfatizar a importância das redes nas iniciativas focadas no público infanto-juvenil.

“O artigo não usa a palavra ‘rede’, mas a define de uma maneira precisa. Ele fala: a política de atendimento far-se-á por um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, nos níveis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”, cita Antônio Carlos, chamando a atenção para o caráter local do atendimento. “O estado e a União são ficções jurídicas. A criança passa fome, fica sem escola, fica sem atendimento médico, fica desabrigoada é nas ruas, nas comunidades, nas praças das nossas cidades”, observa.

Antônio Carlos Gomes da Costa traça uma linha de raciocínio que recorre ao atendimento municipal para voltar às redes. Para ele, quando se pensa no município, a necessidade de integração das ações é mais forte, pois é ali que as políticas públicas de fato acontecem. “Quando nós refletimos assim, temos que pensar em uma agenda para o município que não reparta recursos como se fôssemos a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional”, desafia Antônio Carlos.

“A política da criança, assim como a política da mulher, do idoso, da pessoa com deficiência, não é uma política setorial igual à educação, à saúde, à segurança. Ela é voltada a um destinatário e as necessidades dessa pessoa estão divididas entre várias políticas públicas, trazendo o imperativo da articulação”, complementa o pedagogo. Criar esse vínculo entre as ações setoriais é um grande desafio, mas não é o único.



O professor Leonardo Avritzer “joga mais lenha na fogueira” ao perguntar sobre os limites de atuação entre os diferentes conselhos existentes no Brasil. A falta de clareza sobre até onde as atribuições são de uma área e quando passam para outra pasta, termina por causar buracos no atendimento ou a duplicação de ações que podiam ser desenhadas juntas. “É importante que tentemos evitar, cada vez mais, a concorrência entre os conselhos e entre os conselheiros. O que a gente precisa ter no Brasil são políticas integradas para a proteção social”, reforça Avritzer.

Outro ponto trazido pelo professor é a situação precária desses espaços de deliberação nas cidades de interior. Municípios com índices populacionais baixos costumam enfrentar um sério problema: a ocupação de cargos em vários conselhos pelas mesmas pessoas ou mesmo a ausência de candidatos a ocupar essas vagas. Para Avritzer, essas situações deveriam ser contornadas por meio da articulação entre cidades próximas para a constituição de conselhos. “Às vezes você têm cinco, seis, dez cidades pequenas na região, gerando condições para haver um consórcio que vai fazer a política integrada”, defende.

Mas, para além das questões apontadas por Antônio Carlos e Avritzer, há também as raízes históricas que estão por trás das dificuldades em se implementar os processos de deliberação das políticas públicas. A professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e presidente da *Child Watch International Research Network*, Irene Rizzini, retornou ao período da Primeira República, no fim do século XIX, para mostrar problemas ainda não superados pela nossa sociedade.

“Nós temos uma herança de políticas que se formaram com algumas marcas que carregamos até hoje e que temos dificuldade em superar. O caráter sempre centralizador e autoritário dividia o Brasil entre a elite e o povo. Nós carregamos conosco essa representação fragmentada de povo e de elite, e de participação política negada ao povo”, analisa Irene. Essa seção entre donos do poder e oprimidos ganha uma variação cruel na área da infância.

A professora lembra que, no mesmo período, do início do século até o fim da década de 20, ocorre a discussão de uma política de assistência ao “menor” que culmina com a criação do Código de Menores de 1927. É nesse período que irá se consolidar a ideia de duas infâncias: uma das crianças dentro de suas famílias, com direitos assegurados; e outra de meninos e meninas abandonados e na delinqüência — os “menores”. “Essa herança da criança fragmentada, entre quem está protegido e aquele que virou ‘menor’, marca a nossa história até hoje”, explica Irene, chamando a atenção para a necessidade de se

## PARA FAZER JUNTO

### Reunindo atores sociais:

“Um dos elementos mais caros em relação a políticas e ações pró-conselho é a questão da paridade entre representantes do governo e da sociedade civil. Nosso desafio é que isso se estabeleça. Sentar na mesa de negociação a elite e o ‘não povo’ de ontem para a articulação horizontal e democrática é uma meta fundamental para todos nós. Outro ponto é superar essa desagregação entre pesquisa e políticas públicas integradas. Se falamos em articulação verdadeira, somos todos um pouco de tudo: o acadêmico deve também usar sua voz pública como militante e ativista e aquele que está na linha de frente precisa se preparar, estudar, conhecer as informações.”

### Abrindo o horizonte:

“Temos que ter em mente que o local é fundamental, mas é preciso articulá-lo para fora do micro: para fora do bairro, da cidade, do estado. Precisamos pensar nacionalmente e internacionalmente: o que é globalização, o que é neoliberalismo, de onde vêm essas forças, onde nós nos situamos em relação a elas? Assim fica mais fácil sabermos nossos limites e também tudo o que nós temos em mãos para mudar as práticas e costumes com os quais não concordamos.”

### Falando para todos:

“Outro ponto fundamental é a questão das vozes: não devemos falar só entre nós. Temos que buscar aquele que consideramos nosso inimigo — aqueles que querem reduzir a idade penal e que querem pena de morte porque acham que é isso que vai resolver o problema. Também temos que incluir os que já permaneceram ‘invisibilizados’ nessa discussão.”



**IRENE RIZZINI**

Professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. É diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e presidente da *Childwatch International Research Network* (Oslo - Noruega).



superar essa concepção para a promoção efetiva dos direitos de meninos e meninas.

### PARA ESTENDER A REDE

Há ainda muito a ser feito, é fato, mas os caminhos para se conseguir chegar à articulação das políticas já estão sendo traçados. Como mostra Antônio Carlos, tornar o discurso realidade não é tarefa de outro mundo. "Para construir uma rede, você precisa de uma sala onde tenha mesa e cadeira para se reunirem pessoas de vários setores. Precisa de papel, lápis, agenda, borracha para corrigir o que precisa ser corrigido. Precisa saber onde esiamos, para onde vamos e o que temos que fazer para chegar lá", ensina o pedagogo.

Para Antônio Carlos, o que impede a articulação não é a complexidade do processo, mas sim a cultura corporativa e clientelista tão comum no Brasil, onde vários dos setores ainda pensam poder atuar sozinhos, sem se unir a outros. Avritzer condena essa postura, apontando para a necessidade dos políticos pensarem em ações de Estado e não apenas de governo. "Ninguém tem que ter paternidade de política social. Ela tem que acontecer dentro de uma estrutura de direitos e ter continuidade dentro de um Estado", avalia o professor.

Avritzer brinca que o Brasil ainda precisa de um Juscelino Kubitschek da área social, que realize a mesma integração que o ex-presidente conseguiu quando implementou a política automobilística no País. "As pessoas conversam muito pouco. Os ministérios não precisam ter essas estruturas verticalizadas que eles insistem em adotar. Mudando isso é que você vai ter, de fato, a proteção social integrada. Os conselhos são, na verdade, uma parte pequena disso. A grande integração que precisamos é a do Estado, que é quem lida com políticas sociais", considera Avritzer.

Em um balanço das falas dos palestrantes, fica evidente a necessidade de articulação das áreas como único modo de potencializar os recursos e as forças para a mudança social. Entretanto, como lembra Avritzer, o movimento social não pode restringir esse processo ao seu interior. A sociedade civil tem de se organizar para cobrar do Estado a adoção do princípio da articulação. Para isso, é preciso fortalecer essa instância, o que é um desafio. "Nós estamos remando contra a maré, inclusive mundial, porque vivemos um momento político autoritário, centralizador, chamado neoliberal e que, no fundo, também mantém o nosso povo muito dividido", observa Irene. Fica a missão para os conselhos e para a sociedade civil de se organizar para resistir a esses obstáculos e exigir seus direitos. Mais que estar junto, a articulação tem de se configurar como uma união de forças capaz de mudar a realidade desigual do Brasil.



## PARA FAZER MELHOR

Pensando no outro:

"A articulação e a deliberação ainda são dois pontos vulneráveis dos conselhos e, em parte, creio que isso vem da tradição histórica de vários representantes que ocuparam esses espaços como se fossem vereadores de suas áreas para buscar recursos. Isso levou o Executivo Municipal a ver os conselhos como demandadores de recursos. Se os conselhos entrassem sua função na formulação de políticas e no controle de ações, teriam mais legitimidade diante do poder Executivo para reivindicar os recursos necessários. A importância do conselho, muito mais do que fazer, é fazer com que se faça."

Jovens na roda:

"O associativismo juvenil é uma condição para o protagonismo e o Brasil está em um momento favorável, com a criação de um Plano Nacional de Juventude. Os representantes das organizações de juventude podem e devem participar dos conselhos. Os adolescentes e os jovens não devem ser apenas beneficiários da política. Eles devem ser interlocutores na sua formulação e parceiros na sua execução. O jovem deve fazer parte da solução e não do problema."

Grande potencial:

"O poder dos conselhos é um poder historicamente ainda muito embrionário. Nós temos três poderes consolidados nos municípios: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. E o que são os nossos Conselhos dos Direitos? Eles são um embrião do quarto poder, do poder participativo, do poder dos cidadãos exercerem efetivamente a democracia participativa. Isso pode mudar não só a feição da república, como a feição da democracia."



**ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA**

Pedagogo e diretor da Modus Faciendi, organização privada de consultoria. Possui longo histórico de participação no movimento da infância. Atualmente, é diretor de Relações Institucionais da FUNDAMIG e integra os Conselhos do CENAS-USP, das Fundações IOCHPE e ITAU SOCIAL e do Instituto Ayrton Senna.



## COMEÇOU A EDIÇÃO 2007 / 2008 DO SELO UNICEF

As primeiras ações de mais uma edição do projeto *Selo UNICEF Município Aprovado* já começaram a ser realizadas. Para o biênio 2007/2008, o Fundo das Nações Unidas para a Infância convidou 85 municípios do Semi-árido mineiro. As inscrições ocorreram entre os dias 26 de abril e 15 de junho e 20 cidades de Minas aderiram à proposta,

superando as expectativas dos organizadores. O *Selo UNICEF Município Aprovado* é uma estratégia de articulação e mobilização em torno de objetivos e metas que são monitorados e avaliados com o intuito de reconhecer e certificar aqueles que mais avançaram na implementação de políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência. O Selo é constituído por três áreas de avaliação: impacto social, gestão das políticas públicas e participação social. Para mais informações sobre o projeto consulte o site: [www.selounicef.org.br](http://www.selounicef.org.br).

## CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Com o projeto *Orçamento Participativo Mirim*, a Secretaria de Planejamento de Rio das Ostras, cidade do litoral Norte do Rio de Janeiro, tem incentivado meninos e meninas a participar da discussão sobre o direcionamento dos gastos do município. A iniciativa é voltada para alunos da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidade Normal. O objetivo do projeto é fazer com que crianças e adolescentes possam expressar suas opiniões, contribuir com a construção das políticas públicas e reconhecer valores fundamentais para a democracia, como a cooperação, o diálogo e o respeito aos diversos elementos da sociedade. De acordo com a Secretaria, no segundo semestre deste ano, a iniciativa será estendida aos alunos de 1ª à 4ª série, atendendo a uma reivindicação das próprias crianças. Para discutir o orçamento público com meninos e meninas, a Secretaria utiliza uma cartilha com linguagem diferenciada e recheada de desenhos. Mais informações sobre o projeto e o livroreto estão disponíveis na página do projeto: [www.riodasostras.rj.gov.br/planejamento](http://www.riodasostras.rj.gov.br/planejamento).

## REDE MONITORA AÇÕES PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República divulgou em maio deste ano o *Balanco Criança 2005*. O documento apresenta as ações realizadas pelo Governo Federal para cumprir os quatro compromissos do Plano Presidente Amigo da Criança: promover vidas saudáveis; prover educação de qualidade; combater o HIV/Aids e proteger contra o abuso, a exploração e a violência. Com dados agrupados de acordo com as cinco regiões brasileiras, o documento apresenta a trajetória de diversos indicadores da qualidade de vida dos meninos e meninas brasileiros, como mortalidade infantil, desnutrição e acesso à escola. O Balanço pode ser consultado no site [www.redeami-ga.org.br](http://www.redeami-ga.org.br). Na página também são encontradas análises detalhadas sobre a situação do Brasil em relação à educação, saúde e proteção — eixos definidos pelo documento *Um mundo para as crianças*, elaborado pela Organização das Nações Unidas. A Rede é formada por 38 organizações da sociedade civil e é uma das experiências mais significativas de monitoramento das políticas públicas que existe no Brasil.

## CAMPANHA NACIONAL ENFATIZA DIREITO À EDUCAÇÃO

Mais de 120 instituições de todo o Brasil, incluindo organizações nacionais e internacionais, sindicatos, universidades, secretarias de educação e organizações estudentes, estão alinhadas para a defesa da educação como direito humano fundamental. Essa é a proposta da *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. O movimento traz como bandeiras o aumento do financiamento para a educação pública, a valorização do magistério e a ampliação dos processos participativos em educação. Tudo para se atingir o desafio principal: a garantia de educação pública de qualidade. Na página da Campanha (<http://www.campanhaeducacao.org.br>), o internauta pode saber mais sobre a iniciativa, acessar documentos e pesquisas e ajudar na arrecadação de fundos para o movimento, adquirindo produtos na loja virtual.

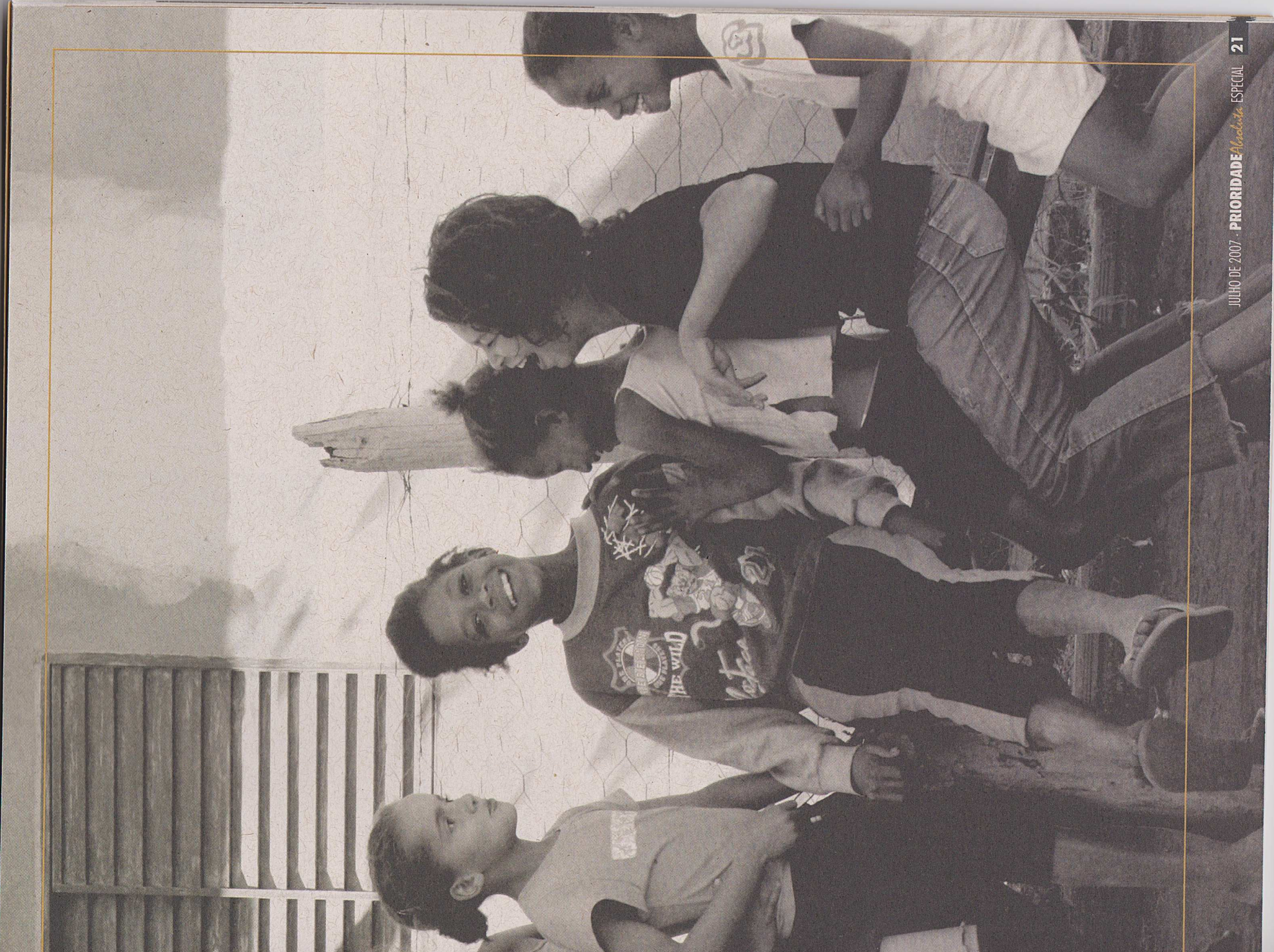


## ANO DE SE SENTAR À MESA E DISCUTIR AS POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA

**E**m ano de conferência, uma boa parte da grade de programação do VII Seminário Pró-conselho foi reservada para o debate sobre esses espaços, com enfoque especial para a área da infância e da adolescência – mas sem esquecer da necessidade de articulação entre os programas e projetos executados por diferentes secretarias. Para 2007, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) propôs para as conferências municipais, estaduais e federal o tema *Concretizar direitos humanos de crianças e adolescentes: investimento obrigatório*. Dentro da proposta, três eixos foram destacados: o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a incidência, monitoramento e avaliação do orçamento público. São assuntos que reforçam o imperativo de integração das políticas públicas, enfatizando a necessidade de pensar e de fazer junto. Enquanto o Plano Nacional e o Sinase são experiências pioneiras de como diferentes atores sociais podem sentar-se à mesma mesa para deliberar sobre a política de atendimento para meninos e meninas, o orçamento representa a possibilidade de garantir recursos para a realização dessa política. Durante o Seminário, foram organizadas mesas para a discussão de cada um desses eixos específicos, além de um painel sobre a importância das conferências, no qual foi analisada a dimensão democrática desses espaços. Nas próximas páginas, você confere os pontos que ganharam destaque durante os debates.











**MARIA JÚLIA DEPTULSKI**  
Vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e coordenadora do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNM/MNR).



**SILVIO IUNG**  
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no qual representa entidade ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Especialista em Administração Escolar pela FEEVALE e mestrando em Teologia, pelo Instituto Ecumênico de Pós-graduação.

## COMO DAR UM PASSO ALÉM

Mais que reunir os diferentes atores sociais, as conferências precisam garantir suas deliberações

Do início do ano até o mês de dezembro, milhares de atores sociais irão se reunir em conferências de diversas áreas. Um estudo realizado pela pesquisadora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Céli Pinto, mostra que mais de 70 conferências nacionais já foram realizadas desde 1941, ano em que o primeiro desses encontros aconteceu no país. Dado interessante revelado pela pesquisa é que quase metade das conferências brasileiras são posteriores ao primeiro mandato do governo Lula, iniciado em 2003, sendo que, dessas, 16 tratavam de temas inéditos, como políticas para a mulher, igualdade racial e economia solidária.

Consolidadas pela Constituição de 88, marco da descentralização das políticas e decisões no Brasil, as conferências têm como traço fundamental a abertura de um canal para avaliar as políticas públicas, definir diretrizes e planejar e estruturar a atuação. Para isso, reúnem diversos atores sociais, eleitos entre seus pares para representar seus interesses. Mas se por um lado houve esse grande aumento no número de acontecimentos desse tipo, por outro, muitos questionamentos surgiram nos últimos anos. O processo de conferências tem sido posto em xeque: pergunta-se pela eficiência desses grandes encontros e pela relação custo x benefício dessas mobilizações. Reunir centenas de pessoas em Brasília para discutir determinada temática surte efeito? O que é decidido pelas conferências tem sido absorvido pelas políticas públicas? A representatividade desses espaços é uma realidade? Os pequenos municípios têm condições de organizar esse tipo de evento?

Em meio a muitas dúvidas expressas pelas perguntadas, o assessor da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced) e ex-coor-

denador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Ceará, Renato Roseno, dá uma primeira certeza: apesar dos problemas, as conferências têm sua importância. “Os conselhos e as conferências são construções democráticas do povo brasileiro. Esses espaços não foram invenção da elite e esse é um dos motivos para que os valorizemos”, defende Renato.

A idéia é compartilhada pelo presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Silvío Iung, que acrescenta a necessidade de se levar em consideração o quão recente é este processo de participação política da sociedade civil no País. Para o presidente do CNAS, esse hábito não é difundido entre os brasileiros, que, em sua maioria, ainda não perceberam o impacto que essa prática pode gerar. Com uma tradição de participação democrática restrita aos últimos 20 anos, existe uma certa “inexperiência”, como define Silvío, quando se exige da sociedade que ocupe os espaços de representação a ela destinados.

Entretanto, como alerta Renato, isso não pode ser entendido como um motivo para se culpar o próprio povo pelos problemas brasileiros. Exemplificando com as conquistas do movimento social na área da infância, o assessor da Anced alerta: “exigir de 17 anos o que não foi ofertado em 500 é muito injusto”. Surgida de uma tradição de centralidade política e de governos de elite, fica para a sociedade brasileira o desafio de mudar essa história. E qual o papel das conferências nesse processo? “A participação popular livre e legítima é necessariamente contra-hegemônica. As conferências só valem a pena se elas levarem à confrontação da ordem dominante e à alteridade, e não à autoridade”, acredita Renato, que se diz desapontado com o caráter “chapa-



## RENATO ROSENO

Advogado, assessor da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED) e ex-coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Ceará.



“As conferências só valem a pena se levarem à confrontação da ordem dominante e à alteridade, e não à autoridade”

branca” que tem observado nas conferências nos últimos anos.

A vice-presidente do Conanda e coordenadora do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), Maria Júlia Deptulski, admite o problema apontado por Renato, relacionando-o ao esvaziamento da sociedade civil organizada desses espaços. “Os governos têm dinheiro para mandar seus conselheiros, mas não para os da sociedade civil”, critica, lembrando que o que torna as conferências e os conselhos espaços diferenciados é justamente a presença da sociedade junto ao poder Executivo.

E esse não é o único problema enfrentado. Outro perigo comum é a perda de tudo aquilo que foi deliberado nas conferências, seja pela burocracia da gestão ou pela falta de recursos para cobrar que as propostas sejam postas em prática pelo Estado. “Quem vai dar verdade às deliberações da conferência, é a luta. A conferência é uma conquista dessa luta, mas não é seu fim”, conclama Renato, que também chama a atenção para o risco desses espaços se tornarem restritivos demais, fechando-se em poucas questões, ou excessivamente totalizantes, tentando “dar conta do mundo”. A divisão das conferências em áreas deve servir para o fortalecimento de questões específicas que precisam ser analisadas em separado, mas sem que se caia no erro de voltar o olhar apenas para o local.

“O Conanda chama para a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas temos que estar nas outras, como a da Saúde e a da Assistência Social, nas quais são deliberadas as políticas específicas para a criança e o adolescente nessas áreas”, observa Maria Júlia. Para a vice-presidente do Conanda, a coincidência no ano de realização das conferências é, ao mesmo tempo, ponto positivo e negativo: se por um lado gera uma grande mobilização da sociedade civil para a participação, por outro representa um risco principalmente para os pequenos municípios, onde a falta de representantes leva as mesmas pessoas a ocupar as vagas de delegados em áreas diferentes.

Também preocupado com a situação das cidades

menores, Renato lembra que 75% dos municípios brasileiros têm menos de 10 mil habitantes, motivo suficiente para o problema apontado por Maria Júlia ser uma preocupação para todos, e não apenas dos moradores desses locais. O assessor da Anced provoca: “Será que o jeito de governar Coronel Sampaio, uma cidade com menos de 10 mil habitantes, no Ceará, é o mesmo de gerir São Paulo?”. Para Renato, perguntas como essa precisam ser feitas e podem ser respondidas durante as conferências, que devem servir como espaços para a confrontação, o pensamento, a experimentação e a mobilização. Em síntese, elas devem se configurar como lugar para a prática de novas formas de fazer política.

Riscos e desafios postos, o que se observa é que há, junto à crítica do “modo de fazer” instaurado, tentativas de se criar novas práticas para a realização das conferências. Maria Júlia cita algumas das novidades propostas pelo Conanda em 2007, que pretendem tornar o espaço mais representativo e eficaz. Uma das inovações é a possibilidade de eleição de delegados que sejam juízes da Vara da Infância e da Juventude, promotores, defensores públicos e representantes de universidades. “Temos que garantir a presença desses atores para que o Sistema de Garantia dos Direitos não funcione como um ‘Frankstein’”, ironiza Maria Júlia. O outro destaque é que, neste ano, pela primeira vez na história, a Conferência Nacional terá caráter deliberativo, o que criará a obrigatoriedade do governo em cumprir com as decisões tomadas.

Já no Conselho de Assistência Social, 2007 será ano de avaliação do cumprimento do que foi estabelecido na última conferência. Sívio brinca que, em 2005, o espaço foi dedicado à “arrumação da casa”, que será posta à prova agora, dois anos depois. “Os conselhos devem ser os guardiões das conferências. Eles devem usá-las para decidir as coisas que têm sentido, casando a deliberação com a execução posterior do que foi discutido”, defende o presidente do CNAS.

Aliás, este é um desafio citado por todos: garantir que a conferência não se restrinja àqueles dias em que



todos estão reunidos para o debate. "Acabou a conferência, começa nosso principal papel como sociedade civil organizada, que é avaliar e monitorar", considera Maria Júlia. Para isso, Renato ressalta que é preciso que os delegados participantes se preocupem em criar metas que possam ser acompanhadas no período de dois anos, permitindo aferir a efetividade desses momentos de deliberação.

Mas para que todo esse trajeto seja percorrido e as conferências tenham êxito, o assessor da Anceed avalia que é preciso o fortalecimento do movimento social. "É necessário retomar o elogio da militância. Em um tempo no qual as convicções foram corroídas, aqueles que falavam coisas esqueceram o que falavam e os que escreviam coisas esqueceram o que escreviam", analisa. Para Renato, estamos enfrentando um momento de resistência criativa e de restrição de direitos, que pode ser superado pela revisita ao passado de lutas da

sociedade civil brasileira, reafirmando suas conquistas como forma de garantir a cidadania.

Espaço de reinventar o fazer político, de diagnosticar e propor mudanças para as ações realizadas, de promover o encontro e garantir a voz de diversos atores sociais: essas são algumas das funções atribuídas às conferências. Em ano de realização desses fóruns, é sempre bom repetir esses atributos, tornando-os desafios a serem cumpridos em todas as esferas governamentais e em todas as pastas. Para isso, Renato lembra que é preciso resistência por parte do movimento social e evoca a mensagem contida na letra de *Primavera nos Dentes*, do grupo Secos e Molhados: "quem tem consciência para ter coragem/ quem tem a força de saber/ que existe/ e no centro da própria engrenagem/ inventa a contra-mola que resiste".



## CONHEÇA A AGENDA DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS EM 2007

### VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Quando: 3 a 6 de dezembro

Onde: Brasília/DF

Informações: <http://www.mj.gov.br/seeth/conanada/viiconferencia>

### VI Conferência Nacional de Assistência Social

Quando: 14 a 17 de dezembro

Onde: Brasília/DF

Informações: <http://www.mds.gov.br/cnas/>

### III Conferência Nacional do Meio Ambiente e III Conferência Infância-Juvenil

Quando: ainda sem data definida

Onde: ainda sem local definido

Informações: [imprensa.mma@mma.gov.br](mailto:imprensa.mma@mma.gov.br) ou <http://www.mma.gov.br/conferencia nacional>

### XIII Conferência Nacional de Saúde

Quando: 14 a 18 de novembro

Onde: Brasília/DF

Informações: [cnas@saude.gov.br](mailto:cnas@saude.gov.br) ou [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br)

### Encontro Nacional de Direitos Humanos (realizado nos intervalos entre uma Conferência e outra)

Quando: 17 a 19 de setembro

Onde: Brasília/DF

Informações: [www.direitos.org.br](http://www.direitos.org.br)

### II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Quando: 17 a 20 de agosto

Onde: Brasília/DF

Informações: [conferenciasmulheres@spmulheres.gov.br](mailto:conferenciasmulheres@spmulheres.gov.br) ou [www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br)

### III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Quando: 3 a 6 de julho

Onde: Fortaleza/CE

Informações: [oscom@consea.planalto.gov.br](mailto:oscom@consea.planalto.gov.br) ou [www.planalto.gov.br/con-sea/3conferencia](http://www.planalto.gov.br/con-sea/3conferencia)

### II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Quando: ainda sem data definida

Onde: ainda sem local definido

Informações: [seppir@planalto.gov.br](mailto:seppir@planalto.gov.br) ou [www.planalto.gov.br/seppir](http://www.planalto.gov.br/seppir)



# UM NOVO OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

Plano de Convivência propõe revisão de paradigmas e cumprimento do Estatuto

Um nome extenso: Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Mais de 100 páginas, 35 objetivos e 138 ações. Tudo isso para garantir um dos direitos mais básicos do ser humano: o de “ter vínculos com outras pessoas”, como resume a professora e psicóloga Maria Lúcia Afonso, especialista em questões relacionadas ao atendimento sócio-familiar.

Durante o encontro, promovido no primeiro dia do *VII Seminário*, os palestrantes discutiram com o público os princípios que norteiam o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em 2006 por dois conselhos nacionais: o da Assistência Social (CNAS) e o dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). É o primeiro trabalho realizado e aprovado de forma conjunta pelos dois colegiados e, como não poderia deixar de ser, a necessidade de se promover a articulação e a intersectorialidade entre as políticas públicas é reforçada da primeira à última página.

O plano prevê ações que devem ser realizadas de 2007 a 2015. “Estamos falando de uma política de Estado, que ultrapassa governos”, enfatiza o psicólogo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal, Alexandre Reis. Segundo ele, isso se explica porque as mudanças ocorrem de forma gradativa e também precisam de recursos para acontecer, por isso, o Plano abrange um período grande o suficiente para contemplar todas as etapas do ciclo orçamentário.

## REVENDO POSTURAS

É inegável que os recursos financeiros são fundamentais para que se garanta o direito de meninos e meninas a viverem com suas famílias e com a comunidade que os cerca. É necessário que haja abrigos bem preparados para acolher crianças e adolescentes que precisam ser retirados de suas casas, e os profissionais do poder público têm de ter uma estrutura adequada para desenvolver bons programas de apoio sócio-familiar para a reintegração da criança ou do adolescente à família. Entretanto, ficou evidente durante as quatro horas de conversa que nada disso será eficaz se determinados paradigmas não forem revistos.

Um deles é a visão ainda preponderante de que o melhor a se fazer é retirar do convívio familiar crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. “O Plano é um freio à institucionalização arbitrária que sempre foi tônica nas políticas públicas brasileiras”,

afirma Maria Lúcia Afonso. “Há estudos que mostram que crianças institucionalizadas desenvolvem uma doença chamada ‘hospitalismo’, porque não criam vínculos afetivos, relações calorosas com as pessoas, são sempre tratadas de forma burocrática, dentro de uma rotina institucional”, relata Alexandre Reis.

O especialista pondera que o Plano não institui o fim dos abrigos. O documento reconhece que essas instituições são importantes e, em determinados momentos, indispensáveis na trajetória de crianças e adolescentes que passam por violações de direitos, mas enfatiza que a privação do convívio com a família deve ser criteriosamente avaliada.

## UM CONCEITO EM DEBATE

Não sem motivo, a família ocupou o centro das discussões do painel. Os especialistas concordam que ao falar de convívio familiar, o Plano não se refere à concepção nuclear de família, alicerçada sobre o modelo pai-mãe-filhos. A gerente de programas sociais da Associação Terra dos Homens, Valéria Brahim, sugere que se pense a partir do conceito apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1994, de que “família é com quem se conta”. Pensando assim, o

## ADOÇÃO – UM CAPÍTULO A PARTE

O Plano Nacional garante à família um lugar privilegiado, mas há situações em que a adoção torna-se a única alternativa. Para tomar essa medida, Valéria Brahim destaca que “todas as possibilidades devem ser esgotadas e isso não acontece com apenas um ou duas tentativas”. De acordo com ela, cerca de 10% dos casos atendidos pela Associação Terra dos Homens apontam para a impossibilidade de que meninos e meninas continuem a conviver com suas famílias. Constatada a impossibilidade de reconstituir os vínculos familiares, a adoção deve ser conduzida com cuidado e, principalmente, “com o foco no interesse da criança”, destaca Alexandre Reis. O especialista critica a “adoção à brasileira”, em que prevalece o interesse dos adotantes que, geralmente, ficam com a criança por um tempo e depois fazem o registro, sem contar com o auxílio de qualquer profissional.

Reis aponta problemas na falta de programas que incentivem a inserção de meninos e meninas abrigados em outras famílias. “Essas crianças não correspondem ao perfil que é geralmente desejado pelos adotantes: o bebêzinho, do sexo feminino, branco. Geralmente, aqueles que estão institucionalizados são grupos de irmãos, possuem sequelas de problemas que enfrentaram na sua trajetória de vida, são afrodescendentes, não correspondem ao modelo ideal. Mas se houver um trabalho de busca ativa de determinadas pessoas, elas são capazes de adotar essas crianças e sentirem-se satisfeitas em seu desejo de paternidade”.



Direitos Humanos no último ano, que apontava que 60% das capitais ainda não contam com a municipalização das medidas de meio aberto.

“O exemplo de Belo Horizonte é simples”, recorda Cláudio, “houve uma determinação política de se aplicar o ECA, bem antes do Sinase, e os frutos estão aí, com um custo muito mais barato e com uma eficiência infinitamente maior do que uma internação pura e simples”. Na capital mineira, o atendimento em meio aberto não é novidade. Há nove anos o poder público municipal oferece o programa de liberdade assistida e, há dois, o de prestação de serviços à comunidade.

Em pequenas cidades, Paulo Marques enfatiza a necessidade de atuação do Ministério Público em aliança com os Conselhos dos Direitos, fortalecendo a atuação destes. “Os Conselhos dos Direitos têm a função de garantir políticas que ultrapassem períodos de governos, daí sua importância estratégica”, enfatiza Cláudio. Os convidados destacam que, com o Sinase em mãos, é mais fácil cobrar do Executivo, já que suas obrigações estão mais claras.

Mais que exigir a integração entre os níveis de governo, o Sistema instaura a inter-relação entre as políticas setoriais, ressaltando a necessidade da ação conjunta dos vários serviços para o atendimento ao adolescente infrator. De acordo com Silvana, o documento explicita, por exemplo, como a Saúde e a Educação devem prover ações para esses garotos e garotas, reservando-lhes atenção especial nos casos de internação. Esse é um ponto fundamental, que pode reverter problemas ainda comuns. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos, em 2002, mostrou que 52% das unidades de internação não têm ambulatório de saúde e apenas 38% têm equipes com médicos ou enfermeiros. Em relação à educação, 40% das unidades possuíam salas de aula e material escolar inadequado.

Os números mostram o não cumprimento da proposta socioeducativa e o desrespeito aos direitos previstos pelo Estatuto. “É como se a sociedade brasileira admitisse que qualquer pessoa que pratique um ato infracional possa ter seus direitos desrespeitados. Isso é o caminho da barbárie”, adverte Cláudio. Mudar essa realidade é uma das propostas trazidas pelo Sinase, que também lança o desafio de se tornar realidade nos mais de cinco mil municípios brasileiros.



**CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA**

Psicólogo e membro da Fundação Centro de Direitos Humanos Bento Rubião.



**PAULO MARQUES**

Ex-secretário executivo do CONANDA e coordenador geral da Escola Nacional de Administração Pública.



**SILVANA GALLINA**

Assistente Social, é presidente do Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo (INSES), vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (CRIAD/ES) e Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD).



# DIREITOS DA CRIANÇA NO ORÇAMENTO

Convitados mostram como garantir o aporte de recursos para as políticas sociais

O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma em seu texto aquilo já antevisto na Constituição Federal: a prioridade absoluta para o cumprimento dos direitos de crianças e de adolescentes. Garantir o acesso de meninos e meninas à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, entre outros, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público. E, mais que boa vontade, tornar real o que a lei prevê exige recursos financeiros que assegurem o funcionamento do Sistema de Garantia dos Direitos.

Mas como saber se o Estado tem cumprido com o que determina o Estatuto? Nos últimos anos, uma cultura pouco difundida entre o povo brasileiro tem sido incentivada: o acompanhamento e a incidência no ciclo orçamentário. Se é na planilha de orçamento que os governos definem suas prioridades, indicando quanto de recurso será gasto em cada ação, é também por meio dela que a sociedade civil pode acompanhar o que tem sido desenvolvido, avaliando a efetividade dos gastos e reivindicando o atendimento a áreas prioritárias. Nesse processo, cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o papel fundamental de orientar e organizar o controle do orçamento.

Entretanto, o que se observa é que ainda não há a formação necessária por parte desses órgãos para realizar a atividade. Pesquisa realizada pelo Instituto Telemig Celular no último ano, mostra que, entre os 217 Conselhos dos Direitos do estado que responderam ao questionário, 70% não acompanham o orçamento e apenas 8% dão seqüência à avaliação e ao monitoramento das políticas públicas, solicitando providências e o cumprimento de suas deliberações.

O cenário é ainda mais preocupante se analisada a relação entre orçamento e democracia. A assessora de Políticas Fiscal e Orçamentária do Instituto Nacional de Estudos Sócio-econômicos (INESC), Eliane Graça, explica que a incidência no ciclo orçamentário é um dos momentos de participação democrática possíveis. No nosso País, onde a democracia é recente e suas bases são frágeis, a divisão dos recursos ainda é realizada por aqueles poucos que detêm o poder. A esses, não interessa a participação popular, pois permitir que mais pessoas tenham acesso à “caixa-preta” do orçamento representa a divisão desse poder.

“São poucos os que definem o orçamento e essa decisão não parte de uma demanda da sociedade. Nossos representantes acham que sozinhos podem decidir para onde vai o recurso, sem um processo maior de participação”, alerta Eliane. Para a assessora, o posi-

cionamento do eleitorado favorece a permanência desse ciclo orçamentário hermético, uma vez que é comum no Brasil a confusão entre democracia representativa e anulação da participação do povo. “Achamos que basta votar e depois fechar os olhos e ir para casa, sem perceber que quando fazemos isso estamos dando um cheque em branco aos políticos eleitos”, ressalta.

## O PODER AO POVO

Para reverter a baixa participação popular no controle orçamentário, a coordenadora do projeto *Novas Ações* – iniciativa que leva a discussão sobre o orçamento para diversos atores sociais do estado – e assessora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Gláucia Barros, enumera alguns pontos básicos que deveriam ser seguidos pelos Conselhos dos Direitos. O primeiro passo é o diagnóstico da situação da infância e da adolescência no município, que pode acontecer com a colaboração de universidades, organizações da sociedade civil e do Conselho Tutelar.

Somente a partir do conhecimento das demandas da população é que é possível determinar as prioridades do município, o que é fundamental, pois, como lembra Eliana: “não cabe tudo no orçamento, porque o coberto é curto”. Diagnóstico em mãos, é hora dos conselheiros se organizarem para montar o Plano de Ação, estabelecen-

## A FRAGILIDADE DOS CONSELHOS\*

Entre os CMDCA pesquisados, 30% nunca produziram diagnóstico. Entre os que já o fizeram (57%), cerca de 25% informam que o realizam com regularidade e periodicidade definida.

Em 13% dos CMDCA não há planejamento das ações e 43% afirmaram que o fazem minimamente, baseando-se em informações difusas e fragmentadas.

O Plano de Ação dos Conselhos é utilizado como base para a formulação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente em 42% dos municípios e substitui a elaboração do orçamento em 30%.

Apenas 14% chegam à elaboração de um Plano de Ação com definição das prioridades, estabelecendo objetivos e metas.

Em apenas 24% dos casos, os Conselhos formalizam por meio de resoluções o que decidem sobre as políticas de atenção aos direitos da criança e do adolescente.

\* *dados retirados dos indicadores de gestão dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, pesquisa realizada pelo Instituto Telemig Celular em 2006.*



### GLAUCIA BARROS

Coordenadora do Projeto *Novas Alianças*, é assessora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e membro da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.



### ELIANE GRAÇA


Mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos – IIESC.



do objetivos e metas para as políticas públicas prioritárias. Nesse ponto, Gláucia enfatiza a necessidade de transformar as deliberações em resoluções. Assim, é possível se acionar juridicamente via Ministério Público aqueles gestores que não executarem as decisões do Conselho.

Cumpridos esses primeiros passos relativos ao planejamento, é hora de partir para o acompanhamento das discussões sobre as leis orçamentárias no Legislativo, órgão responsável por avaliar a proposta do Executivo. Caso deputados e vereadores achem necessário, eles podem fazer emendas à lei. Por isso, explica Gláucia, é preciso construir alianças com os legisladores, ganhando aliados na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Orçamento aprovado, começa a última fase: acompanhar sua execução e avaliá-lo periodicamente. “Pode ser que tenhamos sido

contemplados no Plano Plurianual, mas os problemas sociais continuam”, adverte Gláucia.

“Hoje a questão dos direitos é secundária nos orçamentos públicos. Na União, 60% dos gastos vai para o pagamento da dívida. Ou seja: a prioridade é financeira”, critica Eliane Graça, ressaltando a importância da incidência popular para mudar essa realidade. Para Eliane, a falta de preocupação em cumprir metas sociais leva os governantes a uma situação na qual se prioriza a parte financeira enquanto a população morre de fome. A assessora leva à reflexão sobre como os governos podem operar dentro de seus limites de endividamento, sem abandonar as políticas sociais básicas. Provocação que é um bom debate para todos aqueles delegados que irão discutir o orçamento público durante as conferências dos direitos da criança. 

## OS PRINCIPAIS MOMENTOS DO CICLO ORÇAMENTÁRIO\*

### LEIS ORÇAMENTÁRIAS

#### ELABORAÇÃO PELO EXECUTIVO

#### VOTAÇÃO PELO LEGISLATIVO

**PPA (Plano Plurianual):** realizado no primeiro ano de mandato do governante, é o planejamento a longo prazo, no qual são definidas as estratégias, diretrizes e metas do governo para os próximos quatro anos

Tanto na União quanto no estado de Minas Gerais, o prazo é 31 de agosto do primeiro ano de mandato

Tanto na União quanto no estado de Minas Gerais, o prazo é 15 de dezembro do primeiro ano de mandato

**LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias):** define os meios e prioridades a serem atingidos pela execução dos programas e ações previstos no PPA. É uma lei anual e estabelece as metas que deverão ser observadas na LOA

Na União, o prazo é 15 de abril de todos os anos, já no estado de Minas Gerais, o Executivo deve enviar a proposta até 15 de julho

Na União, o prazo é 30 de junho, já no estado de Minas Gerais, o Legislativo tem até 15 de julho para votar a proposta

**LOA (Lei Orçamentária Anual):** é nela que os governos demonstram a estimativa de receita e a previsão de despesas para o ano seguinte. Na LOA, o governo evidencia seu programa de trabalho e a política econômico-financeira do município

Na União, o prazo é 31 de agosto de todos os anos, já no estado de Minas Gerais, o Executivo deve enviar a proposta até 31 de setembro


Tanto na União quanto no estado de Minas Gerais, o prazo para votação da LOA é 15 de dezembro

\*adaptado da apostila Orçamento Público, Legislativo e Comunicação, do projeto *Novas Alianças*




## “COMO A PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES PODE CONTRIBUIR COM OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS?”

A pergunta foi feita a alguns jovens que participaram da sétima edição do *Seminário Pró-conselho – conselhos articulados para o desenvolvimento*. Confira as respostas.




“O adolescente pode contribuir muito e para participar do conselho deve, em primeiro lugar, conhecer a comunidade e os problemas que ela enfrenta. O que ele tem que fazer é buscar informação para que possa fazer sugestões que promovam o desenvolvimento da comunidade e dos adolescentes.”

Valdeir Silva, 18 anos, jovem protagonista da cidade de Itabim.




“É muito importante, pois o conselho direciona as políticas para a criança e o adolescente. Os adolescentes conhecem muito bem os problemas que enfrentam e podem fazer a diferença, por isso, devem ter a oportunidade de participar, dar suas opiniões.”

Cleitiane Alves, 23 anos, conselheira dos direitos da criança e do adolescente de Itabim.




“Falta divulgação sobre a importância dos conselhos. Quando isso acontecer surtirá efeito, pois vai despertar a vontade de participar e de fazer mudanças que todo jovem tem.”

Gilberto Faula Avelar Neto, 17 anos, estudante.



“Nós, adolescentes, podemos ajudar na conscientização dos outros jovens sobre os direitos e deveres que eles têm. Às vezes, há um distanciamento entre os conselheiros e a gente, mas com a participação dos adolescentes nas reuniões do conselho houve uma aproximação.”

Nayara Torres, 16 anos, desde março de 2007 tem direito a voz nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Divinópolis.



“Acho muito importante o jovem participar e influenciar nas políticas públicas. É ele quem vive e sabe qual a sua realidade e do que precisa. O jovem sabe onde as mudanças devem ocorrer e está em contato com outras pessoas da sua idade. É muito importante consolidar essa parceria.”

Daniele Rocha, 23 anos, conselheira dos direitos da criança e do adolescente de Brasília de Minas



## DE QUEM ESTAMOS FALANDO?

Reflexão sobre a identidade de meninos e meninas precisa ser resgatada pelos conselhos

Quando se milita por uma causa há vários anos, ouvem-se as mesmas coisas tantas vezes que o seu verdadeiro sentido acaba se perdendo. Quem atua na área da infância e da adolescência já deve ter perdido a conta de quantas vezes ouviu que o Estatuto da Criança e do Adolescente baseia-se na doutrina da proteção integral, propõe um novo olhar sobre meninos e meninas e enxerga-os como sujeitos de direitos. Mas, no dia-a-dia são reservados espaços para se refletir sobre quem é essa criança de que se está falando? Quem são estes meninos e meninas a quem são destinados os esforços e as políticas? Como eles estão formando suas identidades e como nós, adultos, estamos contribuindo com esse processo?

O diálogo *A identidade das crianças e dos adolescentes na agenda dos conselhos* funcionou como uma espécie de “pé no freio”, um chamado para se refletir sobre aquilo que está tão presente no cotidiano, mas que não prestamos atenção. Para instigar o público, foram convidados o cientista social e professor da PUC Minas, José Márcio Barros, e a coordenadora do Núcleo de Relações Étnico-raciais e de Gênero da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Patrícia Santana. Também contribuiu com as discussões, o diretor executivo da Rede Cidadã, Fernando Alves, mediador do diálogo.

### ESCLARECENDO

Para começo de conversa, José Márcio Barros faz questão de destacar que é preciso ter clareza sobre o conceito de identidade. Segundo o professor, a visão Iluminista, criada no século XVII, de que a identidade está relacionada a uma essência do ser humano, algo que pré-existe à sua trajetória de vida ainda persiste e precisa ser questionada. Para ele, a identidade é construída ao longo da vida, em um processo amplamente influenciado pelo mundo externo. “Não podemos agir como se tivéssemos uma lanterna que vai iluminar na criança aquilo que ela não sabe e nós sabemos. Nossa responsabilidade é viabilizar a esses sujeitos a oportunidade de construir a sua identidade, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, esses dois níveis se complementam”, defende. Em suma, isso sig-

nifica que todos têm responsabilidade sobre a criança e o adolescente e sobre a visão que irão construir de si.

Essa discussão não é secundária, como se costuma supor: “Ocorrem processos de fragmentação da identidade seríssimos com crianças e adolescentes negros porque eles não se vêem de uma forma positiva na mídia, nem nos materiais que a gente usa na escola”, relata Patrícia Santana. Da mesma forma, meninos e meninas indígenas, ciganos, judeus e de diversas outras minorias sofrem com a ausência de representações positivas de si e do grupo a que pertencem. A situação se agrava pela forma como historicamente a infância e a adolescência foram percebidas. José Márcio chama a atenção para o fato de que a carga dessa trajetória é tão pesada que, ainda hoje, é preciso que existam instituições e seções do poder público com a atenção voltada especificamente para área.

Para Fernando Alves, a reversão desse quadro passa fundamentalmente por uma mudança na forma como nós — os adultos — enxergamos meninos e meninas. “Precisamos reconhecer neles o ‘legítimo outro’, que é fonte de conhecimento, liberdade e desejo. Se isso acontece, passamos a estabelecer uma relação negociada”. José Márcio acrescenta: “é preciso criar uma cultura que olhe para a criança e o adolescente como portador de algo e não pela falta: a falta de juízo, de maturidade, de conhecimento, de futuro, de passado. Um sujeito que só é portador de falta legítima tudo que eu fizer”.

### AÇÕES AFIRMATIVAS

Reconhecer a diversidade e as desigualdades que assombam a infância e a adolescência é um passo fundamental, mas não é suficiente. Elas precisam ser consideradas quando se formula e executa as políticas públicas. “Há uma diferença gritante entre determinados grupos e isso chega à vida adulta porque a gente não faz uma interferência nesse processo ao longo da vida”, constata Patrícia Santana.

Um dos caminhos para incidir sobre essas desigualdades é a realização das chamadas “ações afirmativas”. Trata-se de estratégias direcionadas a grupos que foram historicamente prejudicados no processo de for-



mação da sociedade brasileira – como as mulheres, os negros e os indígenas – com o objetivo de corrigir distorções e proporcionar a todos as mesmas oportunidades de desenvolvimento (Essas ações têm o objetivo de promover a equidade, tema amplamente debatido pelo sociólogo Rudá Ricci em um dos painéis do VII Seminário. Saiba mais na matéria “Sem equidade não há desenvolvimento”, na página 3).

O depoimento da conselheira tutelar de Cacoeal, no estado de Rondônia, Rose Almeida ajuda a entender melhor esse quadro. Segundo ela, das adolescentes incluídas em programas de profissionalização realizados na cidade, apenas as brancas conseguem ser contratadas pela empresas. As negras ficam de fora. De imediato, Fátima, representante da Pastoral do Menor de Salvador, que também estava na platéia, lembra que os projetos de profissionalização passam pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e os conselheiros devem pensar em estratégias de inclusão de grupos vítimas da discriminação, nesse caso, os negros.

O professor José Márcio frisa que resolver as questões emergenciais é fundamental e que não se

---

“É preciso criar uma cultura que olhe para a criança e o adolescente como um portador de algo e não pela falta. Um sujeito que é só portador de falta, legitima tudo que eu fizer”.

deve supor que políticas que consideram a diversidade vão acabar com as diferenças. Pelo contrário, o segredo está justamente em saber lidar com elas. Entretanto, José Márcio pondera que muitos problemas têm como pano de fundo uma extensa trajetória histórica, social e cultural, o que torna indispensáveis as ações de longo prazo. “Uma boa política pública é feita tanto dessas questões imediatas e necessárias, quanto daquelas que vão atingir e construir um futuro. Se nós elegermos o mais imediato e esquecermos o que está mais à frente, estaremos sempre no limite de corrigir problemas e não eliminar a fonte deles de forma mais definitiva”, observa.

Em meio a tudo isso, Patrícia Santana e José Márcio lembram que as crianças e os adolescentes devem ter sua participação assegurada nos espaços de discussão e tomada de decisão. Como faz questão de salientar o professor, essa participação precisa ser efetiva e não apenas simulada. Concordam com eles, os participantes que debateram *A participação política das crianças e dos adolescentes* como fator de cidadania. O resultado desse outro diálogo você confere nas páginas a seguir.



---

“Ocorrem processos de fragmentação da identidade seríssimos com crianças e adolescentes negros porque eles não se vêem de uma forma positiva na mídia, nem nos materiais que a gente usa na escola”.



**JOSÉ MÁRCIO BARROS**

Mestre em Antropologia Social e doutor em Comunicação e Cultura. É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC Minas, além de integrar o corpo docente do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas e responder pela Diretoria de Cultura da instituição.



**PATRICIA SANTANA**

Especialista em educação infantil, é professora da rede municipal de Belo Horizonte e coordenadora do Núcleo Relações Étnico-Raciais e de Gênero da Secretaria Municipal de Educação do capital mineira.



## ADULTOS, OUVI-NOS!

Crianças e adolescentes reivindicam o direito de participar dos espaços de decisão

**S**e você acha que colocar crianças e adolescentes para fazer alguma apresentação artística na abertura de um evento ou deixá-los sentados por horas ouvindo o que os adultos têm a dizer sobre eles é participação, está enganado. Essa foi apenas uma das lições que o público do diálogo *A participação política de crianças e adolescentes como fator de cidadania* aprendeu com os jovens protagonistas Rafaela Santos e Valdeir Pereira. A conversa também contou com a participação da integrante do Conselho Municipal de Juventude, Larissa Amorim, e da diretora executiva da organização não-governamental Cipó – Comunicação Interativa, Anna Penido.

Não é à toa que o protagonismo juvenil está na pauta do dia. Quem se abre à participação efetiva de meninos e meninas sabe que o processo se torna muito mais rico e as ações surtem melhores efeitos. Anna Penido destaca que, acima de tudo, garantir espaços para a participação das crianças e dos adolescentes é uma obrigação: “quando o Estatuto da Criança e do Adolescente diz que eles são sujeitos, a participação se torna um direito. Nós temos que fazer isso valer, é uma questão de coerência com a lei”.

E já é possível observar avanços. Na análise de Anna Penido, que trabalha com temas relacionados ao protagonismo há mais de 20 anos, a participação juvenil tem passado por estágios. Primeiro, meninos e meninas ocupavam apenas uma posição decorativa: eram convidados a fazer apresentações artísticas ou participar como ouvintes nos eventos. Em seguida, passaram a trabalhar como monitores em projetos de formação de outros adolescentes, ou seja, falavam apenas para outros meninos e meninas. Hoje, já é possível constatar o início de uma nova etapa. “Há um movimento de trazer os jovens para os espaços de decisão, como os conselhos de direitos, tutelares e fóruns. Estamos falando de uma participação cada vez mais legítima, em espaços cada vez mais valorizados”, afirma Anna.

### NÃO BASTA PARTICIPAR

Esses avanços podem e devem ser comemorados, mas não se pode esquecer das responsabilidades que

trazem em seu bojo. Rafaela, Valdeir e Anna foram unânimes ao destacar que é preciso preparar meninos e meninas para que eles ocupem esses novos lugares com qualidade. “Colocar o adolescente para participar sem preparação é a mesma coisa que mandar um soldado sem arma para a guerra. Se um adolescente for atuar como protagonista e não tiver argumentos, vai baixar a cabeça e concordar com tudo que os outros estão falando”, esclarece Rafaela.

Segundo Anna Penido, dois aspectos fundamentais para essa preparação são a autonomia e a responsabilidade. Além disso, Anna afirma que é muito importante que os desafios sejam apresentados de acordo com a capacidade das crianças e dos adolescentes para se evitar frustrações. O risco da decepção também é grande quando meninos e meninas se engajam em determinado debate e não conseguem enxergar o que foi feito de suas sugestões. Assim, qualquer instância que se abre a esse tipo de intervenção tem que estar preparada para dar respostas aos apontamentos e idéias apresentados pelas crianças e adolescentes.

Rafaela explicita que dar suporte à participação de meninos e meninas não é o mesmo que “treinar” ou “ensaiar”. Trata-se de munir-los de informações para que possam entender o que está sendo discutido e tenham condições de formular posições próprias. Ela também lembra: “se você tem o direito de participar, tem o dever de ser cobrado”.

### POSSIBILIDADES

Escolas, conselhos, projetos sociais. Não faltam formas e espaços para que meninos e meninas exerçam sua cidadania e o direito democrático à participação. Para Valdeir, que integra a Casa da Juventude da cidade de Itaobim, no Vale do Jequitinhonha, os projetos sociais são portas importantes para a inserção nesse novo mundo. O exercício começa já nessas atividades, que devem ser construídas em conjunto pelas organizações que as executam e os meninos e meninas que são convidados a participar.

Rafaela vê grande potencial na educação formal. “A escola é o lugar onde mais se encontram crianças e adolescentes, mas a maioria dos profissionais de edu-





**ANNA PENIDO**

Jornalista e educadora, é diretora executiva da organização não-governamental Cópia – Comunicação Interativa.

cação fecha os olhos para o Estatuto”, lamenta. A jovem defende que o espaço escolar ofereça tempo para se discutir os direitos dos cidadãos, levando aos estudantes informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal. Anna chama a atenção para a importância de que se resgate o papel dos conselhos escolares, em que professores, alunos e funcionários se reúnem para discutir as questões do cotidiano. Os grêmios estudantis também oferecem possibilidades interessantes de formação e articulação.

Dentro desse panorama, os conselhos não poderiam ficar de fora. Para Anna, o ideal é que os adolescentes tivessem o direito de assento nos Conselhos dos Direitos, mas o fato de não poderem votar não inviabiliza a sua participação. Ela sugere que eles se aproximem, por exemplo, das câmaras temáticas e Conselhos Tutelares. Rafaela explica que meninas e meninos não devem ser envolvidos no atendimento, pois há situações dramáticas de violação de direitos e é preciso ter maturidade para lidar com elas. Em contrapartida, grupos de adolescentes podem realizar um bom trabalho de fiscalização de alguns serviços voltados para a comunidade como a saúde e a educação. A partir desse acompanhamento, os jovens podem ajudar os conselheiros tutelares a entender melhor a realidade em que estão inseridos.



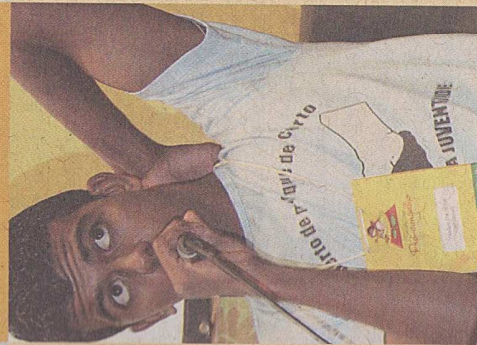
**RAFAELA SANTOS**

Rafaela tem 17 anos e é de Divinópolis. Estuda na Escola Estadual Antônio da Costa Pereira, onde participa do Projeto *Adolescentes Construído*, da Pastoral do Menor.



**VALDEIR PEREIRA**

Integrante da Casa da Juventude de Itabim, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.



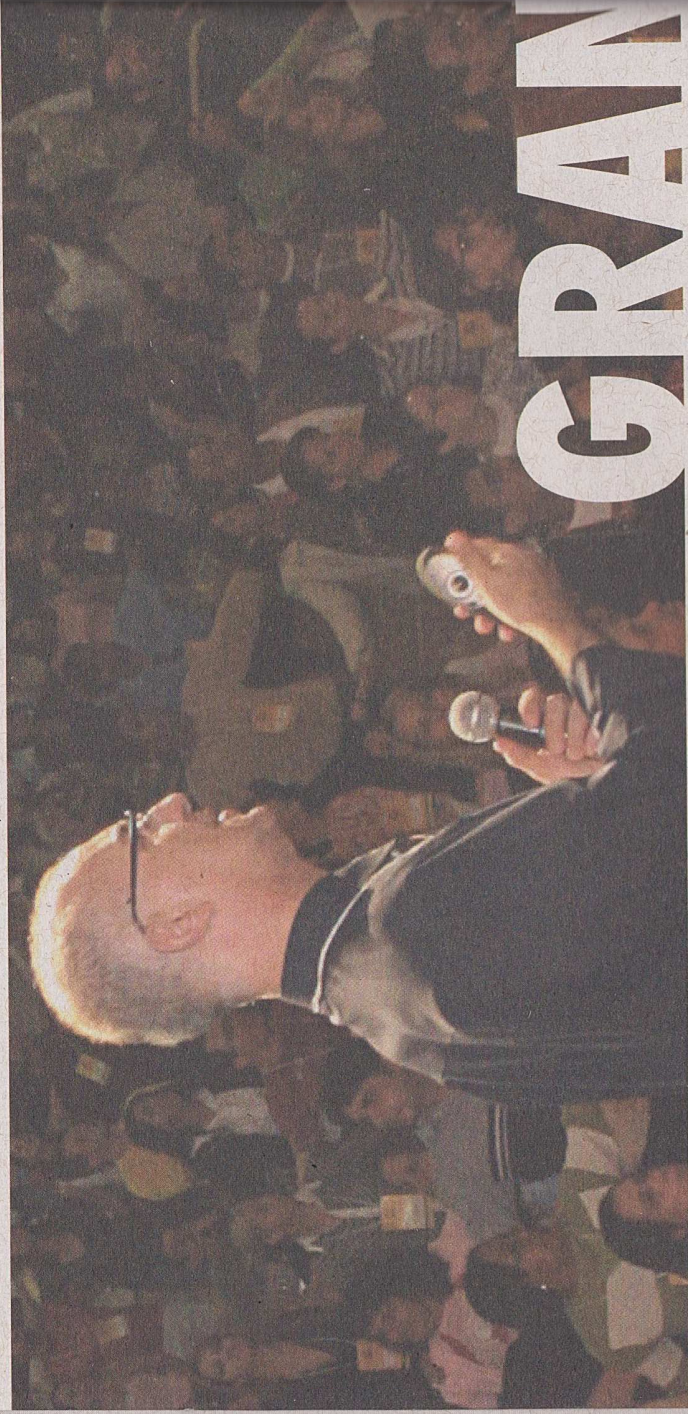
**PREPARANDO O TERRENO PARA A PARTICIPAÇÃO**

Apesar de não haver fórmulas prontas, a inclusão do público infantil-adolescente na discussão das políticas públicas deve observar alguns aspectos:

- As crianças e os adolescentes não ocupam o lugar dos adultos, por isso, deve-se estabelecer uma relação de parceria;
- É preciso oferecer oportunidades a meninas e meninos para que tenham acesso à informação e qualifiquem sua participação;
- Autonomia e responsabilidade são palavras-chave para a formação de jovens protagonistas;
- Crianças e adolescentes têm o direito de ser informados sobre os encaminhamentos dados às suas sugestões;
- Meninos e meninas não precisam ser convidados, podem e devem criar oportunidades para participação. É participando que se aprende a fazê-lo.



## AS PEQUENAS AÇÕES QUE PODEM GERAR



Auditério cheio para a última conferência do VII Seminário Pró-conselho. É sexta-feira, fim de tarde e, depois de dois dias inteiros de evento, o cansaço é inevitável. Um conselheiro boceja dali, outro daqui. Um mais adiante se preocupa com o horário do ônibus pra voltar pra casa. A conversa é grande antes da última atividade do dia começar. De repente, o convidado é anunciado e o barulho pára. Sim, ainda há ânimo para ouvir mais uma hora de conferência.

Mas essa é diferente. O “palestrante” traz uma apresentação de *Powerpoint*, só que, em vez de gráficos, números ou leis, ela tem letras de músicas! Ele não está ali para falar de nenhuma boa experiência de um conselho de algum canto do País. Nem pra contar sobre a articulação entre as políticas de determinada cidade. Nada disso. O que ele traz para dividir com a plateia são casos diversos, que intercala com as músicas, que sobrepõe a brincadeiras, que, por fim, fazem todo mundo parar para pensar um pouco no que tem feito.

E quem é ele? Seu nome é Júlio Machado. É biólogo, já deu aulas, atualmente trabalha como educador e facilitador de aprendizagem e mudanças. É alto, magro e faz gestos largos ao falar. Logo ao entrar no palco do auditório principal do Minascentro, pede para todos se levantarem, darem as mãos, e coloca uma das faixas do CD. A música que se segue é *É*, de Gonzaguinha:

*“A gente quer viver pleno direito  
a gente quer viver todo respeito  
a gente quer viver uma nação  
a gente quer é ser um cidadão.”*

O som alegre e a letra que fala sobre participação são acompanhadas por uma platéia que canta alto acompanhando a música. Ao fim, palmas para todos. Júlio elogia o ânimo do público e começa o primeiro dos vários casos que comporiam os sessenta minutos de palestra. Ele lembra a passagem do evangelho em que Jesus visita as irmãs Marta e Maria. Na história, Marta se incomoda por ter de cuidar da cozinha, enquanto Maria fica ao lado de Jesus, conversando e ouvindo-o. Quando Marta vai reclamar a Jesus, esse lhe diz que Maria havia escolhido a melhor parte e isso não lhe seria tirado.

Júlio compara a passagem bíblica à rotina do movimento social, lembrando do militante tarefeiro. “Esse é aquele que acha que quanto mais a gente sofre, mais a gente é um herói e mais a gente tem um grau de importância”, brinca. Agenda lotada, falta de tempo para todas as coisas, correria de um lado para outro: essas são as características principais do tarefeiro. Sem esquecer, claro, da dificuldade de parar até mesmo para saber se o que está fazendo tem gerado resultado. Na platéia, risos tímidos denunciam que “a carapuça



# DES MUDANÇAS

serviu” em muita gente.

“É mais fácil ficar só na ação que partir para a reflexão”, provoca Júlio, que recorre a outra história sobre o mesmo tema: a do lenhador velho e o lenhador novo. No conto, o lenhador novo desafia o velho para ver qual dos dois consegue cortar mais madeira em um mesmo intervalo de tempo. Assim que a prova inicia, o lenhador novo começa a cortar as árvores, enquanto o lenhador velho senta-se com seu machado. Só depois de alguns minutos é que o lenhador velho vai para a floresta e, ao fim do tempo combinado, volta de lá com mais madeira que o lenhador novo. Impressionado com a quantidade de lenha que o velho conseguiu cortar, o lenhador novo lhe pergunta o que tinha feito, já que havia passado parte do tempo sentado. O lenhador velho explica que, enquanto estava sentado, amolava seu machado para só depois sair para o trabalho.

“Será que a gente não está com o machado sem corte, dando machadada na árvore?”, provoca Júlio em alusão ao lenhador novo. O educador alerta para um mau hábito adquirido por muitas pessoas nos dias de hoje: medir o trabalho realizado pelas horas que não dormiu e pela quantidade de doenças que pegou durante o ano, em vez de avaliar a capacidade de mudança que seu esforço gerou. “Precisamos de ousadia para fazer a diferença”, fala, chamando a atenção para a relação entre as mudanças e a quebra de para-

digmas. E para falar da quebra de paradigmas, o conferencista traz nova música e novo caso. Agora é a vez de *Valsinha*, de Chico Buarque e Vinícius de Moraes.

*“Um dia, ele chegou tão diferente do seu jeito de sempre chegar*

*Olhou-a de um jeito muito mais quente do que*

*sempre costumava olhar*

*E não maldisse a vida tanto quanto era seu jeito de*

*sempre falar*

*E nem deixou-a só num canto, pra seu grande*

*espanto, convidou-a pra rodar”*

“A mudança não está lá fora”, observa Júlio referindo-se ao homem da canção. Para o conferencista, é o “chegar diferente” que gera a alteração nos paradigmas: movimento interno, que parte da pessoa para o outro, e não o contrário. Para ilustrar esse processo, ele conta a história de um casal que vivia enxergando os defeitos um do outro. Todos os dias, eles viviam a mesma cena no banheiro, entrando em conflito por causa da tampa do vaso sanitário. A mulher sempre encontrava a tampa levantada e tinha que baixá-la para usar o vaso. Ao sair, deixava a tampa nessa última posição e saía resmungando porque o marido não colaborava.

O homem, por sua vez, entrava no banheiro depois



de sua esposa e encontrava a tampa abaixada. Levantava-a e, ao sair, deixava o vaso assim mesmo, com a tampa em pé. Reclamava da mulher e seguia adiante. Até que um dia, como explica Júlio, alguém resolve mudar o paradigma. O marido chega ao banheiro e a tampa está abaixada. Então ele levanta, usa o vaso e, depois, abaixa-a novamente. Quando a mulher chega, ela já encontra a tampa do jeito que usa e não reclama do marido.

“Dar o *start* é difícil porque a pessoa que começa terá um duplo trabalho”, explica Júlio mostrando que o homem, no início, levantava e baixava a tampa para a sua mulher. Mas continuando a história, depois de um tempo, a esposa, contente com a pequena mudança de hábito do marido, resolveu que, sempre que usasse o vaso, deixaria a tampa levantada, facilitando a vida de seu marido. O resultado, como explica Júlio, é que agora os dois têm o mesmo trabalho que tinham antes, mas sem o aborrecimento.

Além dessa parte prática, Júlio traduz a mudança em outros termos: na primeira situação, cada um estava agindo a favor de si; já na segunda, eles estavam agindo um a favor do outro. O conferencista fala que é por todo esse trabalho envolvido no processo de mudança de um paradigma que ele só acontece quando a vontade parte da própria pessoa, que está fazendo aquilo não por esperar o mesmo dos outros, mas porque ela passou a acreditar que aquela é a única e a melhor forma de fazer as coisas. “Mas, muitas vezes, a gente não quer fazer porque parece que é a gente que está perdendo”, comenta Júlio, lembrando do trabalho duplo que o marido teve no início da mudança de hábito.

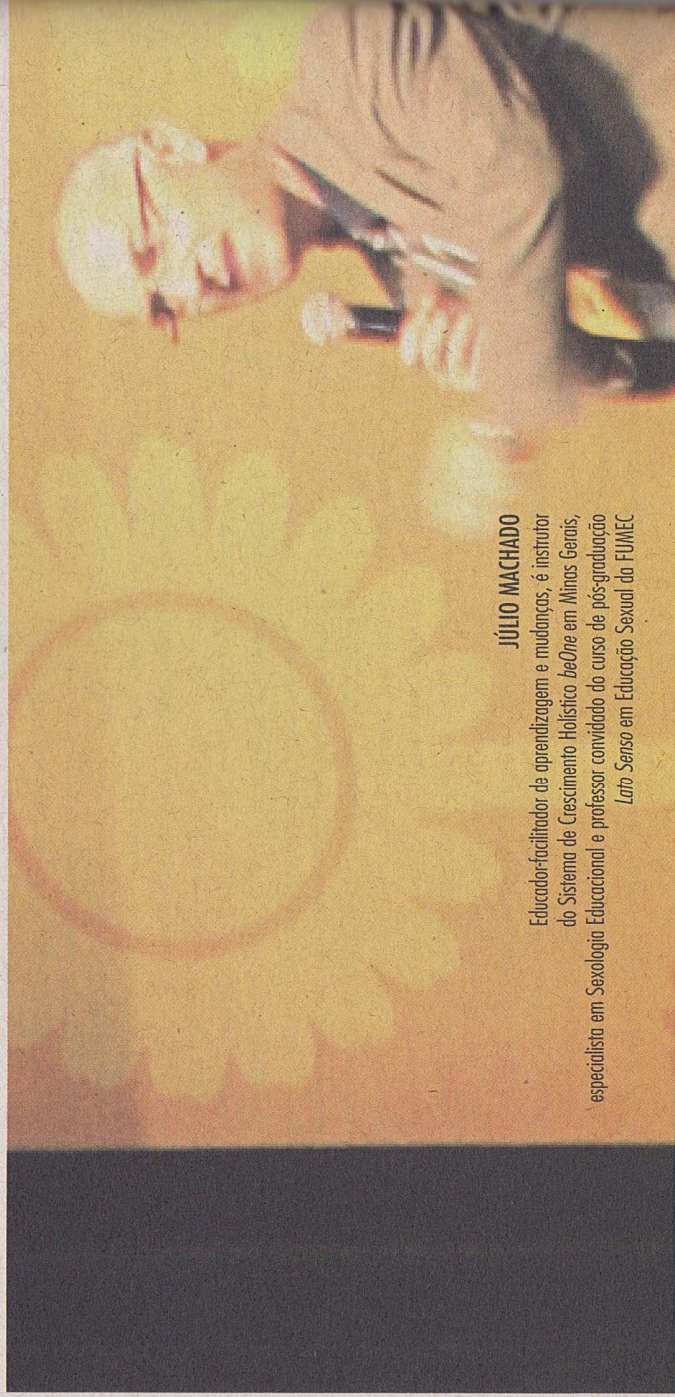
Tempo para refletir antes da ação. Força de vontade para mudar os paradigmas. A esses dois elementos, Júlio acrescenta outros, fundamentais para que o movimento social consiga levar adiante a luta por uma nova sociedade: o ânimo e a capacidade de crescer. Lembrando da colheita, o educador pergunta: “tenho um punhado de grãos, o que faço com eles: como ou planto?”. O questionamento serve para a reflexão sobre o imediatismo: é certo que todos queremos abundância, mas para isso a gente tem que “fazer uma nova ordem”, cita Júlio. “É preciso afiar nosso machado”, conclama.

Os sessenta minutos vão chegando ao fim, mas ainda é tempo de mais uma canção antes de se despedir. A escolha da música tem a ver com o convite deixado a todos os presentes: o de fazer suas ações “fermentarem”, de seguir adiante com a consciência de que somente juntos podemos gerar mudanças – mensagens que sintetiza a proposta de articulação dos conselhos trazida pelo Seminário. Como no início, o conferencista pede para que todos fiquem de pé, solitação que é prontamente atendida. A despedida é feita ao som de *Sal da Terra*, de Beto Guedes, que também aqui nos deixa a mensagem final:

*“Vamos precisar de todo mundo pra banir do mundo a opressão*

*Para construir a vida nova vamos precisar de muito amor*

*A felicidade mora ao lado e quem não é tolo pode ver”.*



### JÚLIO MACHADO

Educador-facilitador de aprendizagem e mudanças, é instrutor do Sistema de Crescimento Holístico *DeOne* em Minas Gerais, especialista em Sexologia Educacional e professor convidado do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Sexual do FUMEC



### DEBATE EM ALTA

Durante o *Seminário Pro-conselho*, foi lançado o livro *Acolhendo crianças e adolescentes*, que traz à tona a discussão sobre os meios para se garantir o direito de meninos e meninas à convivência familiar e comunitária. A publicação é coordenada pela professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e presidente da *Child Watch International Research Network*, Irene Rizzini, que conta que os artigos reunidos na obra estão muito interligados com as discussões do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. No livro, a construção de redes de atendimento à criança e a intersectorialidade das políticas públicas são apontados como pontos fundamentais para a garantia dos direitos de meninos e meninas. Outra questão chave é o fortalecimento das famílias, garantindo-lhes a estrutura necessária para a criação dos filhos e, dessa forma, evitando que meninos e meninas sejam retirados de seus lares. A obra se divide em três partes: A família como direito fundamental, Acolhendo crianças e adolescentes e Enfrentando os desafios: rumo a políticas públicas. No decorrer dos temas, as autoras discutem o que tem sido feito em diferentes estados para o acolhimento das crianças e apontam para caminhos possíveis no desenvolvimento de políticas públicas para essa área.

Sessão de autógrafos marcou o lançamento do livro de Irene Rizzini no Seminário Pro-conselho



### ORIENTAÇÕES PARA CONSELHEIROS

O Tribunal de Contas da União (TCU) lançou em abril deste ano uma cartilha voltada para os conselheiros de assistência social e de áreas afins. O material trata do acompanhamento da aplicação dos recursos que compõem os fundos municipais de assistência social e da fiscalização dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e das entidades e organizações de assistência social. São informações relativas à estrutura, à composição e às competências desses órgãos, assim como do conselho municipal do idoso e das instâncias de controle do Programa *Bolsa Família*. Para acessar a publicação, basta entrar no site do TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), clicar em “publicações” e, em seguida, em “assistência social”.

### PRECONCEITOS SÃO DEBATIDOS EM COLEÇÃO

A Editora Cortez lançou a Coleção *Preconceitos*, série que traz em linguagem clara e acessível as questões que estão na raiz de muitas injustiças sociais que afetam o cotidiano de milhares de pessoas. Quatro livros já foram publicados, com previsão de outros oito até o fim do ano. Entre os temas tratados, estão o preconceito racial, social, de gênero, contra a criança, contra o jovem e contra pessoas com deficiência. As publicações têm como objetivo revelar as particularidades presentes na sociedade brasileira, analisando a relação que guardam com as desigualdades presentes em nosso País. Para adquirir os livros, o internauta pode entrar no site da editora ([www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)) e clicar no *link* coleções. Cada publicação custa R\$17,90.

### DIREITOS DA CRIANÇA NA SALA DE AULA

*Educação, Comunicação e Arte na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Esse é o nome da publicação lançada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) junto ao Ministério da Educação (MEC). Apelidada pela sigla Ecoar, a metodologia é composta por 18 módulos que trazem informações básicas sobre o mundo do trabalho, accomplishments de orientações para a elaboração de dinâmicas para a discussão do tema. Mídia impressa, rádio, TV e dramatização são alguns dos meios que a publicação sugere como formas de potencializar o debate. Para essa primeira versão em português, adaptações foram feitas de forma a facilitar a sua aplicação na realidade nacional. O material está disponível na Internet, no site da OIT ([www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)).



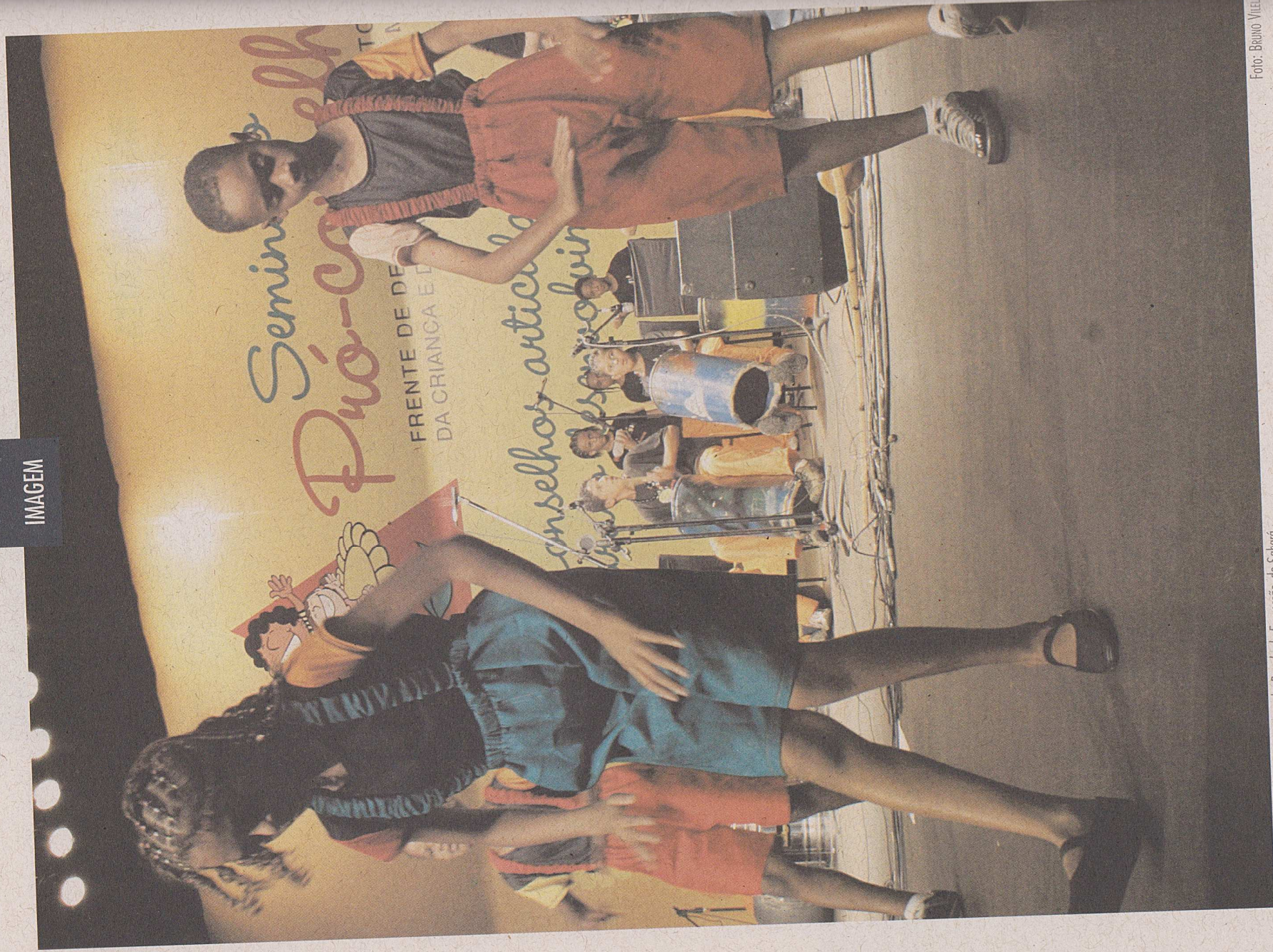


Foto: Bruno Vilela

Dança e tambores dos merinios e meirinhos do *Panela de Expressão*, de Solariá



UMA PUBLICAÇÃO DA FRENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS



# PRIORIDADE

*Atualizada*

## ESPECIAL VII SEMINÁRIO PRÓ-CONSELHO





## ENTIDADES AFILIADAS:

- ACONTEIMG- Associação dos Conselheiros Tutelares de Minas Gerais
- AMAS /BH; Associação Municipal de Assistência Social
- ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE DEFESA DCA / CONSELHEIRO LAFAIETE;
- ASSOCIAÇÃO MISSAO RESGATE IPATINGA;
- ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOVA VIDA;
- ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR - ASSPROM;
- CÂRTAS /REGIONAL MG;
- CÂRTAS /REGIONAL JANIÁRIA;
- CASA DA CRIANÇA PROFESSOR SIQUEIRA SABARÁ;
- CASA DA JUVENTUDE;
- CASA DO HOMEM DE NAZARÉ;
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO Elié Ferreira da Silva - CEDEFES;
- CESAM - Centro Salesiano de Apoio ao Menor
- CIRCO DE TODO MUNDO;
- CONVENÇÃO BATISTA MINEIRA;
- DEDICA;
- EDUCANDÁRIO MENINO JESUS DE PRAGA /UBERABA;
- EMERAS;
- FEBIEX;
- FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS APAES DE MG;
- FUNDAÇÃO COL;
- FUNDAÇÃO DOM BOSCO;
- FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRÁSIL;
- FUNDO CRISTÃO PARA CRIANÇAS /BH;
- FUNJOBI /BH;
- GEDAM /BH;
- GRUPO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE /BH;
- GRUPO CRIANÇA NÃO É BRINQUEDO;
- ICASU;
- INSPECTORIA SÃO JOÃO BOSCO-SALESIANOS;
- INSTITUTO FELIX GAIARRI;
- INSTITUTO MARIA DA GLÓRIA PINHEIRO;
- INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIDADE;
- INSTITUTO PADRE CUNHA /BARBACENA;
- INSTITUTO TELEMIG CELULAR;
- KINDERNOTILFE- KINH BRASIL SECO;
- LAF FABIANO DE CRISTO /UBERABA;
- MOVIMENTO DE LUTA PRO-CRECHE /BH;
- MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA;
- OAS DE MG - ORDEM DOS ADVOGADOS DE MG;
- OFICINA DE IMAGENS;
- OREP-ORDEN RELIGIOSA DAS ESCOLAS PIAS / GOVERNADOR VALADARES;
- PASTORAL DA CRIANÇA ESTADUAL DE MINAS GERAIS;
- PASTORAL DA CRIANÇA /DIOCESE DE LUZ;
- PASTORAL DO MENOR /ARQUIDIOCESE DE BH;
- PASTORAL DO MENOR /ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA;
- PASTORAL DO MENOR /REGIONAL LESTE II;
- REDE COLABORATIVA DE SABARÁ;
- SERPAF /SETE LAGOAS;
- SIND-JUE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas
- SINTIBREF- Sindicato dos Empregados de Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Minas Gerais;
- SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DE MG;
- SOCIEDADE MINEIRA DE PEDIATRIA;
- UNIÃO BRAILLEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - UBEE;
- VISÃO MUNDIAL;

# FRENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MG

## FÓRUMS REGIONAIS AFILIADOS

- FOCOM /CENTRO LESTE DE MINAS;
- FÓRUM DCA DA REGIÃO DOS INCONFIDENTES;
- FÓRUM DCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE;
- FÓRUM DCA DA ZONA DA MATA;
- FÓRUM DCA DE GOVERNADOR VALADARES;
- FÓRUM DCA DE BELO HORIZONTE;
- FÓRUM DCA DE JUIZ DE FORA;
- FÓRUM DCA DO ALTO JEQUITINHONHÁ;
- FÓRUM DCA DO ALTO PARAOPÉBA;
- FÓRUM DCA DO CENTRO - OESTE MINEIRO;
- FÓRUM DCA DO LESTE MINEIRO;
- FÓRUM DCA DO NOROESTE MINEIRO;
- FÓRUM DCA DO TRIÂNGULO MINEIRO;
- FÓRUM DE DEFESA DCA - PARACATU;
- FÓRUM DE DEFESA DCA DA COMARCA DE CONSELHEIRO LAFAIETE
- FRENTE DDCA DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHÁ;
- FRENTE NORTE MINEIRA;
- FRENTE SUL MINEIRA DCA.



### Especial Conferências

Na matéria especial, um compilado de toda a discussão sobre esses espaços. Especialistas falam sobre sua importância e sobre os eixos que orientarão as Conferências dos Direitos.



### OUTROS DESTAQUES

#### 03 Equidade

Um novo modelo de desenvolvimento baseado na equidade é o que defendeu o sociólogo Ruddá Ricci durante sua conferência.

#### 06 O seminário por dentro

O reconhecimento do trabalho pelos financiadores e os dados sobre o evento que reuniu 2 mil atores sociais em Belo Horizonte.

#### 08 Não à redução

Manifestação durante o Seminário Pró-conselho mostra a indignação do movimento social em relação à proposta de redução da idade penal apresentada no Senado.

#### 10 Projetos sociais

Dúvidas na hora de montar a proposta? Especialistas falam sobre o passo-a-passo da elaboração de projetos sociais e da necessidade de articulação entre os setores.

#### 12 Comunicação para o desenvolvimento

Debate aponta formas de como melhorar a relação com a mídia e implementar outros canais para fazer a informação circular.

#### 14 Juntos somos mais

Palavra de ordem no Seminário Pró-conselho, a articulação ganhou espaço especial na abertura do evento. Desafios e possibilidades foram apontados pelos convidados para a conversa.

#### 19 Notas

Acompanhe o que acontece na área da infância e da adolescência em Minas Gerais e no Brasil.

#### 31 Sua opinião

O que os jovens participantes do Seminário Pró-conselho pensam sobre a participação juvenil.

#### 32 Identidade de crianças e adolescentes

A participação social, mais que fortalecer a democracia, pode contribuir para a formação de meninos e meninas.

#### 34 Participação infanto-juvenil

Mais que foco, crianças e adolescentes requerem seu espaço como formuladores das políticas públicas.

#### 36 Para fazer a diferença

Músicas e casos ilustram a importância de encerramento, na qual Júlio Machado fala sobre pequenos detalhes de todos os dias, mas que podem fazer a diferença.

#### 39 Biblioteca dos conselhos

Dicas de boas fontes de informação para o trabalho dos conselheiros.







FRENTE DE DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - MG

#### Coordenação da Frente

- Fundação Fé e Alegria do Brasil – José Donisete Pinheiro Oliveira
- Instituto Góia – Ulysses Gomes de Oliveira Neto
- Inspetoria São João Bosco – Miriam Maria José dos Santos
- Kinderhoffe (KNH Brasil) – Anafêia Cristina Barreto
- Pastoral do Menor/ CNBB Regional Leste 2 – Marilene Cruz
- Rede Colaborativa de Sabará – Denize Azeredo e Zelma Matrozinhos Clark
- SINTIBREF/MG – Antônio Pereira da Silva Filho e Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho

#### Secretária Executiva

Maria Alice Silva

#### Apoio organizacional

CNBB – Pastoral do Menor Regional Leste 2

#### Apoio

CSI Informática - Fiat - Way TV - O Lurador

#### Apoio estratégico

CEAS-MG - CEDCA-MG - Procuradoria Geral de

Justiça-MG - Unicef

#### Parceira

Fundação Itaú Social - Instituto C&A

Instituto Telemig Celular - Nokia - Petróbras

Colaboraram com a organização do Seminário

Cássia Vieira de Melo, Fabrício Santos,

Fernando Henrique Elias, Gláucia Barros,

Luciana Silva Costa, Marcus Fuchs,

Renata Santos Vieira e Silvana da Cruz Dias

## PRIORIDADE *Abolida* ESPECIAL

#### Produção

Oficina de Imagens

#### Redação e edição de texto

Eliziane Lara (12.322/MG)

Rachel Costa (12.310/MG)

#### Fotos

Bruno Vilela

#### Revisão

Camilla Andrade Reis

#### Tratamento digital de imagens

Mineral Image

#### Colaboradores

Ana Vizeu, Fernando Santos e Jordânio Furbinho

#### Projeto Gráfico

Henrique Milten

#### Impressão

Gráfica e Editora O Lurador

Tiragem: 12.000 exemplares

## AO LEITOR

# AGIR JUNTO PARA GARANTIR OS DIREITOS

Só com uma pauta e uma agenda em comum é possível cumprir o dever constitucional de promover os direitos das crianças e dos adolescentes com absoluta prioridade. Como evoca o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família, a comunidade, a sociedade e o poder público precisam assumir suas responsabilidades sobre a qualidade de vida que oferecemos aos meninos e meninas de nosso País. E para que isso aconteça, a articulação precisa ser uma palavra de ordem compartilhada por todos.

Com essa proposta, o VII *Seminário Pro-conselho* elegeu o tema *Conselhos articulados para o desenvolvimento*. Durante dois dias, mais de duas mil pessoas entre conselheiros, representantes de instituições da sociedade civil, membros do Executivo e do Legislativo se reuniram em Belo Horizonte. A pauta: refletir sobre o nível atual de integração e pensar em outras formas possíveis para o fazer político, priorizando as ações em conjunto entre as diferentes áreas e setores.

Em ano de Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Seminário abriu canais de informação e avaliação desses espaços, enfatizando seu papel no estabelecimento da democracia. Também abordou os eixos definidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) para as discussões deste ano: o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase) e o orçamento público.

Em torno da articulação orbitaram temas urgentes, como a necessidade de se desenvolver bons projetos sociais – que partam de diagnósticos da realidade e aconteçam articulados – e de se garantir a participação dos meninos e meninas na formulação das políticas públicas para a infância e a adolescência. A relação intrínseca entre a comunicação e o desenvolvimento também não poderia ficar de fora, uma vez que a liberdade de expressão e a informação de qualidade são preceitos da democracia.

Tudo isso sem esquecer da discussão sobre equidade, ainda distante da realidade

de milhares de brasileiros, vítimas da desigualdade social e econômica de nosso País. São esses assuntos que, agora, tomam a forma de revista. Nas páginas desta publicação, o leitor poderá retornar às mesas e conferências do VII *Seminário Pro-conselho*, relembrando e tomando conhecimento daquilo que foi debatido durante o evento. Mais que uma memória, as matérias reforçam a necessidade do princípio da articulação estar presente em todos os momentos do trabalho dos conselhos, governos e instituições da sociedade civil.

É importante lembrar que os conselhos são espaços de encontro dos diversos atores sociais, que possibilitam o diálogo e a construção de propostas. É função desses fóruns deliberar e controlar as ações em todos os níveis. Quando falamos na política pública para a criança e para o adolescente, é preciso que pensemos em ações voltadas para um único destinatário, que precisa da atenção de várias áreas. Por isso os conselhos devem se esforçar para a realização de um trabalho articulado, que resulte em políticas integradas para a proteção social e, por conseguinte, na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Uma boa leitura a todos!

Coordenação da Frente de Defesa dos Direitos  
da Criança e do Adolescente de Minas Gerais



A pauta: refletir sobre o nível atual de integração e pensar em outras formas possíveis para o fazer político, priorizando as ações em conjunto entre as diferentes áreas e setores.



# SEM EQUIDADE NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO

Para promover políticas justas, conselhos devem saber lidar com a diversidade

“**P**ara agir com equidade é preciso se colocar no lugar do outro”. Esse foi um dos apontamentos que o sociólogo e coordenador do Instituto Cultiva, Rudá Ricci, apresentou ao público durante o *VII Seminário Pró-conselho*. Convidado para discutir *A equidade como razão para o desenvolvimento*, Rudá avisou, de antemão, que sua fala seria militante e cumpriu o prometido. Além do tema central da conferência, o sociólogo abordou questões fundamentais para que os conselhos realmente promovam uma vida melhor para meninos e meninas. Os principais trechos da palestra você confere a seguir:

## EQUIDADE

Para falar sobre o significado de equidade, Rudá se reportou a um autor clássico norte-americano, Lawrence Kohlberg, seguidor de Piaget. De acordo com os estudos de Kohlberg, uma pessoa atinge o estágio superior da inteligência moral quando compreende a justiça como equidade, o que é diferente da concepção que vê a justiça sob o viés da igualdade. “Na igualdade a gente acha que a regra justa é aquela que é igual para todos. Então, digamos que eu vá apostar uma corrida com a Marilene [uma das coordenadoras da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente] que está com o pé machucado e eu não. Se nós sairmos na mesma linha, sabemos quem vai ganhar, não é? Isso é justiça como igualdade”, ilustrou Rudá. Nesse sentido, o nível mais elevado do desenvolvimento moral ocorre quando o indivíduo, mesmo sabendo que uma regra o favorece, coloca-se no lugar do outro e percebe que ela não é justa. A partir disso, outros parâmetros são criados com a intenção de colocar as pessoas em condições mais ou menos similares. “Quando nós falamos de desenvolvimento com equidade, não estamos falando com os liberais. É bom que isso fique claro porque nós vamos ter que fazer um enfrentamento pesado nesse País às políticas liberais, que no Brasil são conservadoras, não liberais”, crava.

## LEI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma questão bastante enfatizada por Rudá Ricci durante a palestra foi a necessidade de que a Lei de Responsabilidade Social se torne uma realidade em todos os municípios brasileiros. “Para que os conselhos, entidades e fóruns que estão aqui tenham poder é preciso alterar a lei de responsabilidade fiscal e criar uma legislação nova no

Brasil que responsabilize a autoridade pública que não melhorar os indicadores sociais e as ações de proteção a crianças e adolescentes. Os economistas conseguiram aprovar uma lei em que o prefeito que gastar mais de 60% com a folha de pagamento pode ser processado e perder os direitos políticos, mas não conseguimos passar uma lei que diz que se um prefeito não reduzir o índice de analfabetismo, por exemplo, ele vai para a cadeia”, desafiou o sociólogo.

Segundo Rudá, a adoção de uma lei de responsabilização social que obrigue as autoridades públicas a promover avanços nos indicadores sociais é fundamental quando se fala em equidade. O sociólogo também destaca a importância do papel da sociedade civil: “se a lei de responsabilidade fiscal diz o que a autoridade pública não pode gastar, a lei de responsabilidade social diz o que ele tem que gastar. Nós temos que exigir durante as várias etapas do ciclo orçamentário o investimento dos órgãos públicos nos fundos da infância e da adolescência, nos quais nós sabemos que investem pouquíssimo, pois ‘jogam’ tudo para as empresas e pessoas físicas”, aponta Rudá.

## PARA FAZER UMA BOA POLÍTICA PÚBLICA...

“A primeira coisa é ser coerente. Forma e conteúdo têm que casar. Não posso dizer ‘nós somos a favor da democracia’ e a minha entidade ser autoritária. Tem que ser coerente, ético”, responde Rudá. Em segundo lugar, Rudá ressalta a necessidade de que haja articulação para que as políticas públicas sejam bem-sucedidas e aponta que, no caso do governo, essa integração não acontece por um problema de estrutura e prática política. “A estrutura do Estado brasileiro é absolutamente especializada e as áreas separadas umas das outras. Dificilmente o mesmo pessoal de uma secretária tem uma mesma visão, a mesma informação, o mesmo método, o mesmo objetivo”, constata.

Em relação aos conselhos, Rudá diz que a dificuldade de ação conjunta está em sua origem. “Os conselhos nasceram como imagem e semelhança dos governos. O conselho de saúde tem a secretaria de saúde como reflexo, o mesmo acontece com a Assistência, o Turismo, a Cultura. Mas o conselho dos direitos da criança e do adolescente que é transversal, qual seria a secretaria? Uma secretaria de governo que cuide de tudo que diz respeito ao ser humano”, afirma o sociólogo. Para Rudá, o Brasil avançará na gestão participativa e no desenvolvi-



mento econômico, social e humano apenas com uma reforma ampla, que não envolva só o Estado, mas também a sociedade civil.

### PROMOVER A CIDADANIA

Rudá Ricci também defendeu uma estratégia que pode, ao mesmo tempo, proporcionar uma maior articulação entre os conselhos e contribuir com a formação dos integrantes do movimento social: a constituição de casas de cidadania. “Essa casa tem que reunir no mesmo espaço todos os conselhos do município e todas as associações de bairro. Eles não vão ficar vinculados ao prédio de uma secretaria. É um espaço próprio que pode ser construído em um acordo e isso pode entrar no orçamento. É fundamental que tenham esse espaço próprio e que um conselho aprenda com o outro”, explica.

O sociólogo também apontou para a importância de que sejam criadas estruturas em rede e que tenham atuação em territórios menores, como o bairro. Para exemplificar, Rudá cita a experiência de uma cidade do Norte de Minas: “em Montes Claros nós criamos a UAI, Unidade de Atendimento Intersetorial, e há uma unidade em cada um dos 13 bairros da cidade. A UAI é formada por uma equipe pequena de funcionários que fazem o diagnóstico por quarteirão. Cada técnico tem que visitar três quarteirões por dia. São cerca de 60 residências e ele tem um método, faz um diagnóstico comum que é discutido todo trimestre com as lideranças daquele bairro. Daí é que se elaboram e se aplicam as políticas públicas”.

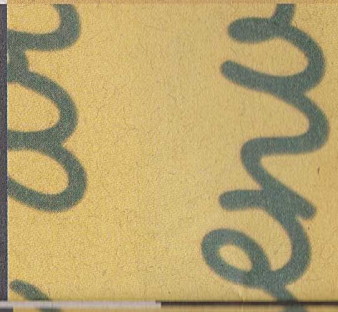
### PARTICIPAÇÃO

Ao falar sobre a participação, Rudá frisou o quanto o entendimento desse termo deve ser ampliado. “A participação não se dá só em assembleia. Quem participa sabe que assembleia é um lugar fácil de se levar os outros, basta ter o mínimo de carisma que você faz as pessoas chorarem, rirem, não tem debate. A participação também se dá na elaboração, no diagnóstico, na informação”, afirma. Segundo Rudá, ao possibilitar a participação da sociedade civil, o poder público consegue construir políticas mais coerentes, que têm mais sentido para a população que é atendida. Por isso, são menos custosas e o risco de que haja corrupção no processo também é menor.

O sociólogo também destaca que além dos ganhos a participação também traz responsabilidades, por isso, é necessário investir na formação das lideranças atuais e daquelas que estão por vir: “Nos anos 80 bastava gritar que a gente fazia um movimento com pressão, hoje isso não basta mais. Temos que ser coerentes. Se nós queremos democracia participativa, temos que estar preparados para sair à rua sim, mas ganhou a ‘parada’, tem que saber governar. O que estou pedindo que é vocês tomem as políticas públicas nas mãos, tomem, não peçam”, conclamou.







“Nós estamos fazendo uma política de cúpula, não falamos com o cara da rua, não fazemos mais os comícios nos bairros, criamos um poder paralelo”

## “UMA POLÍTICA EQUÂNIME EMANCIPA”

**PRIORIDADE ABSOLUTA** - Como a articulação entre os conselhos contribui para um desenvolvimento com equidade?

**RUDÁ RICCI** - Ela é uma condição para que o desenvolvimento equânime aconteça, porque, para que haja equidade, é preciso que a população seja ouvida e possa falar o que quer. Só há equidade se eu ouço o outro e esse diálogo se dá quando eu participo — e o conselho é o espaço da participação. Quando articulados, os conselhos funcionam como um farol sobre a criança e o adolescente, mas se essa articulação não acontece, o conselho é como um vagalume, algo bonito, mas que não ilumina.

**PA** - Durante o diálogo com o público, você deu algumas sugestões para que a articulação entre os conselhos aconteça. A criação de um fórum com representantes dos diversos conselhos de políticas públicas seria uma boa alternativa?

**RR** - Não. O fórum é mais fluído, menos regular. Os fóruns não têm estrutura administrativa para a continuidade. O que eu sugiro é um espaço que chamo de Casa da Cidadania, em que há representação política e técnica, com regulamento interno. Sugiro, inclusive, que se configure como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), para que tenha autonomia orçamentária. Essa Casa seria um vigia, uma espécie de gabinete paralelo, com tanta força quanto a prefeitura.

**PA** - Você também afirmou que a função dos con-

selhos é reformar o Estado. Quais devem ser as principais estruturas a serem modificadas por essa reforma?

**RR** - Acho que os pontos principais são: a adoção do voto distrital misto, o *recall* [por demanda dos eleitores de sua base eleitoral, o parlamentar pode ser julgado e perder o posto na metade do mandato], a legalização da candidatura avulsa [o candidato não precisa estar vinculado a nenhum partido político para concorrer às eleições] e a implantação de uma lei que defina a corrupção como crime inafiançável. Também precisamos criar um sistema de monitoramento das políticas públicas que responsabilize as instituições que não cumprirem os indicadores sociais firmados, com abertura de um processo de *impeachment*, por exemplo. O jurista Fábio Comparato propõe que alguns temas sejam decididos por meio de plebiscitos e eu concordo com ele. Essa questão da redução da maioridade penal, por exemplo, poderia ser levada a um plebiscito.

**PA** - Você acha que seria viável fazer um plebiscito sobre a redução com o nível de informação que a sociedade tem sobre o assunto no momento?

**RR** - Não posso duvidar da democracia. Nós [o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente] estamos errando. Qual é o resultado da nossa atuação? Se houver o plebiscito vou ser obrigado a pensar a bobagem que estou fazendo. Nós estamos fazendo uma política de cúpula, não falamos com o cara da rua, não fazemos mais os comícios nos bairros, criamos um poder paralelo. A derrota dói, mas ensina.



## NÓS APOIAMOS O VII SEMINÁRIO PRÓ-CONSELHO PORQUE...

Primeiro, por reconhecer os conselhos como órgãos estratégicos na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Também porque esses espaços são participativos e a partir das representações paritárias é que a gente tem de fato a formulação de políticas na área da infância e da adolescência. Eles são retaguardas que a gente precisa reconhecer, ressaltando o poder que têm para convocar a sociedade civil.”

**Cristiane Félix** – coordenadora de projetos do Instituto C&A



“Iniciativas como essa fortalecem o trabalho de todos que estão comprometidos em garantir os direitos de crianças e adolescentes e contribuem para reverter quadros de deficiências educacionais em nosso país. A Nokia, por exemplo, mantém em Manaus a Fundação Nokia de Ensino, um dos maiores investimentos em programas sociais da empresa no mundo. A escola oferece oportunidade a muitos jovens de camadas menos favorecidas da população, abrindo-lhes as portas do mercado de trabalho todos os anos.”

**Luciana Souza,**  
gerente de Responsabilidade Social da Nokia



“A causa da criança e do adolescente é fundamental e precisamos garantir, hoje, o direito de aprendizagem e a proteção desses meninos e meninas. Nós, na Fundação, temos o foco na educação de 6 a 21 anos, justamente para fortalecer a formação dessas pessoas que estão fazendo a diferença hoje e que vão fazer a diferença no futuro do país.”

**Ana Beatriz Patrício** – superintendente da Fundação Itaú Social



“Primeiro porque esse projeto fortalece políticas públicas, ou seja: em vez de ser um projeto realizado por uma instituição só e de curto prazo, esse apoio que nós damos contribui para que a ação seja de



longo prazo e envolva outras instituições, garantindo sustentabilidade. O segundo motivo é traduzido na crença que temos de que todo projeto social tem melhores resultados se é feito a três mãos: poder público, sociedade civil e mundo empresarial”

**Fernando Elias** – gerente de projetos sociais do Instituto Telemig Celular



# NÚMEROS DO SEMINÁRIO

Quem participou do VIII Seminário Pró-conselho — *conselhos articulados para o desenvolvimento* pôde ter uma idéia do quão grandioso é o evento. Alguns números ajudam a compreender a dimensão do encontro e surpreendem mesmo aqueles que acompanharam os dois dias de discussão no Minascentro.

## BRASILEIROS DE TODOS OS CANTOS

A 7ª edição do Seminário Pró-conselho realizou um feito digno de comemoração: contou com a representação de todo os estados do Brasil, mais o Distrito Federal. No total, foram 2.053 inscritos. Confira na tabela abaixo os cinco estados brasileiros com o maior número de representantes no evento:

Estado	Total	%
MG	1.619	78,86
SP	121	5,89
RJ	46	2,24
BA	44	2,14
PE	25	1,22

## O RANKING DAS CIDADES

Os oito municípios com o maior número de inscritos são de Minas Gerais, com destaque para Belo Horizonte, que registrou 132 participantes. O número é quatro vezes maior que o de Contagem, cidade que ficou em 2º lugar, com 33 representantes. Além dos mineiros, está São Paulo, em 9º lugar, com 22 participantes. As tabelas revelam o número de municípios presentes e enumeram as cinco cidades que tiveram mais representantes no evento:

Estado	Número de cidades representadas	%
MG	319	66
Outros Estados	162	34
Total	481	100

Municípios com maior número de inscritos

Cidade	Estado	Total
Belo Horizonte	MG	132
Contagem	MG	33
Vespasiano	MG	30
Ipatatinga	MG	29
Santa Luzia	MG	26

## UM MUNDO FEMININO

Para quem participa do movimento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes a presença maciça de mulheres não é novidade. No VII Seminário não foi diferente, como se pode observar na tabela a seguir:

Inscrições por gênero	Número de inscrições	%
Feminino	1.595	78%
Masculino	458	22%
Total	2.053	100%

## CONSELHOS TUTELARES SÃO MAIORIA

Como já é tradição, os conselhos tutelares e dos direitos da criança e do adolescente formaram a maior parte do público do Seminário Pró-conselho. Mas conselhos de políticas públicas de outras áreas também marcaram presença. Com destaque para os conselhos da Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Segurança Alimentar. O poder público municipal também se fez presente, ficando em 3º lugar no número de inscritos. O evento contou ainda com representantes do Ministério Público, estudantes e profissionais liberais. Confira na tabela a seguir as cinco instituições com maior número de representantes:

Instituição	Total	%
Conselho Tutelar	698	34,00%
Conselho dos Direitos	634	30,88%
Prefeitura	173	8,43%
Conselho de Assistência Social	104	5,07%
Organização da Sociedade Civil	102	4,97%

## NOS BASTIDORES

Entre promotores, recepcionistas e atendentes, o VII Seminário Pró-conselho mobilizou cerca de 60 pessoas, que trabalharam durante os dois dias do evento. Além disso, um grupo de 50 profissionais atuou na construção de toda a estrutura do encontro, o que inclui a iluminação, sonorização, montagem dos projetores das apresentações e organização dos terminais com internet que ficaram à disposição dos participantes.

## O VII SEMINÁRIO PROMOVEU...

Três grandes conferências, quatro diálogos e quatro painéis. Para discutir os 11 diferentes temas, foram convidados 21 palestrantes. A direção das conversas, realizadas em 4 auditórios distintos, ficou por conta de 10 mediadores.



# NÃO À REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Participantes do *Seminário Pró-conselho* realizam manifesto

**S**exta-feira, 25 de maio, meio-dia: centenas de participantes do *VII Seminário Pró-conselho* se concentram na escadaria do Minaiscentro e com balões brancos nas mãos, gritam em uníssono: “Não, não, não! Não à redução!”. O apelo se segue de um minuto de silêncio, expressão do temor e indignação que o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente sente em relação à proposta de rebaixamento da idade penal de 18 para 16 anos.

O assunto não estava formalmente previsto para nenhuma das 11 mesas do *Seminário Pró-conselho*, mas se tornou inevitável em quase todas elas. A aprovação da proposta de redução da idade penal de 18 para 16 anos pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em abril deste ano, deixou aqueles que trabalham para garantir os direitos de meninos e meninas apreensivos. A Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais (FDDCA-MG) viu no *Seminário* uma oportunidade ímpar de reunir brasileiros de todas as regiões do País em um coro

expressivo contra a redução e organizou o manifesto.

“O balão branco significa a nossa resposta de paz”, explicou um dos integrantes da coordenação da Frente, Ulysses Gomes, após a leitura da moção de repúdio que circulou entre os participantes durante os dois dias do evento. O documento expressa a posição contrária à redução da idade penal e ao aumento do tempo de internação. “Acreditamos que as medidas socioeducativas previstas na lei federal 8.069 de 1990, associadas às demais políticas públicas são suficientes, adequadas e capazes de promover modificações na vida dos adolescentes em conflito com a lei”, defende a moção.

O desconhecimento da sociedade em relação às determinações legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente as que se referem ao cumprimento de medidas em meio aberto, é apontado no texto como um dos motivos para o apoio que boa parte da população tem dedicado à proposta de redução. De acordo com o manifesto, não há dados que comprovem que o rebaixamento da idade penal reduz





“Da forma como as coisas estão, a redução não pode acontecer, as crianças e os adolescentes estão precisando de escola”

Rosane Santos,  
Conselheira tutelar de Santa Luzia

os índices gerais de violência e o envolvimento de crianças e adolescentes com o crime organizado. Cerca de 700 assinaturas foram coletadas e a moção foi encaminhada ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Antônio Carlos Magalhães (DEM-BR), no dia 31 de maio.

### ECA DEVE SER PRIORIDADE

Perguntado sobre o que acha da redução da idade penal, o conselheiro da saúde de Vespasiano – cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte –, Palmireno Sales, responde de pronto: “negativo! Não cumprimos nem o Estatuto. Reduzir a idade penal não vai servir de base”. A percepção do conselheiro de que enquanto o ECA não for implementado em sua integralidade não se deve modificá-lo, é unânime entre aqueles que são contrários à redução.

Além do cumprimento integral do ECA, o coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, deputado André Quintão (PT-MG), defende avanços no sistema de segurança pública geral. Ele destaca a necessidade de se intensificar o combate ao tráfico de armas e drogas, responsável pela cooptação de um grande número de adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social para o mundo do crime. “Também precisamos reforçar a rede de proteção social”, acrescenta.

Outra percepção muito comum entre aqueles que são contrários à redução da idade penal é a de que o Estado brasileiro é, no mínimo, injusto, pois não garante os direitos de meninos e meninas e ainda propõe maior rigor na responsabilização dos adolescentes. Ciente das violações sistemáticas dos direitos infanto-juvenis, a conselheira tutelar de Santa Luzia, Rosane Santos, afirma com convicção: “da forma como as coisas estão, a redução não pode acontecer, as crianças e os adolescentes estão precisando de escola”.

### O MITO DA IMPUNIDADE

“Esse Estatuto passa a mão na cabeça dos meninos”. Quem atua em atividades que promovem a defesa dos direitos de crianças e adolescentes já deve ter ouvido comentários semelhantes a esse, diversas vezes.

Mas, ao contrário de boa parte da população brasileira, conselheiros e integrantes do movimento social sabem que o Estatuto não defende a impunidade e sim a aplicação de medidas de responsabilização adequadas às pessoas que têm entre 12 e 18 anos e cometem atos infracionais.

Não é à toa que essas medidas são classificadas como “socioeducativas”, ou seja, o que o adolescente precisa é de um tratamento especial, pois também se encontra em uma fase peculiar da vida humana, em que necessita de apoio para desenvolver plenamente todas as suas potencialidades. A partir do projeto pedagógico que deve acompanhar as medidas socioeducativas, a expectativa é que meninos e meninas tenham a oportunidade de construir novas relações com a sociedade, repensem seus atos e adotem uma outra conduta.

Entretanto, é nesse ponto que as coisas não têm andado tão bem como deveriam. Muitos municípios brasileiros não oferecem medidas em meio aberto e, naqueles onde há centros de internação, os projetos pedagógicos são falhos ou mesmo inexistentes. O relato do conselheiro tutelar de Ouro Preto, cidade a 99 km de Belo Horizonte, é ilustrativo. Juliano Matias conta que no município não são oferecidas as medidas em meio aberto e que um dos recursos utilizados pelo conselho é incluir alguns adolescentes em um projeto realizado na capital, onde acontecem encontros semanais de acompanhamento psicológico. Entretanto, isso não é suficiente para atender à demanda. “Muitas vezes a gente fica sem saber para onde encaminhá-los”, relata.

Mesmo diante de dificuldades como essas, o conselheiro tutelar de São Paulo e vice-presidente da Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros do estado paulista, Marcelo Nascimento, enxerga uma luz no fim do túnel: o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Para ele, já está provado que a redução da idade penal não reduz a violência, por isso, o que se precisa fazer no Brasil é implantar políticas públicas que deem dignidade às crianças e aos adolescentes. “Se as prefeituras respeitarem o Sinase, vamos dar um salto”, emenda, convicto.





## INTEGRAÇÃO: ESSA É A PALAVRA-CHAVE

Especialistas alertam para a necessidade dos três setores trabalharem afinados

Por onde começar quando se elabora um projeto para captação de recursos? E nos conselhos de políticas públicas, o que deve ser levado em consideração na hora de se avaliar a proposta? Dúvidas como essas rondam o cotidiano de muitos conselheiros e membros de organizações não-governamentais (ONGs), por isso, o assunto não poderia ficar de fora do VII *Seminário Pró-conselho*, que organizou o painel *Projetos sociais para o desenvolvimento*.

Para contar um pouco de suas experiências e discutir os princípios que devem nortear a elaboração de projetos sociais, foram convidados a superintendente da Fundação Itaú Social, Ana Beatriz Patrício, o gestor de projetos do Observatório de Favelas, Fernando Fernandes, e a coordenadora de projetos do Instituto C&A, Cristiane Félix. Durante cerca de quatro horas, os convidados falaram dos trabalhos que desenvolvem e deram sugestões sobre a melhor forma de se elaborar um projeto para captação de recursos.

De maneira geral, as dúvidas convergiram para um mesmo ponto: a insegurança na hora de elaborar um projeto. Alguns participantes até se emocionaram ao falar sobre a realidade em que vivem e o anseio que sentem por mais informações para que possam elaborar e desenvolver iniciativas que, de fato, provoquem mudanças. Mas afinal, como os projetos sociais podem traduzir as decisões dos conselhos e melhorar a vida de crianças e adolescentes? E como descobrir o que o financiador leva em conta para apoiar uma ação?

### JUNTOS SOMOS MAIS

Ao responderem as questões levantadas pela platéia, alguns termos diferentes na grafia, mas de sentido próximo, foram constantes no discurso dos palestrantes: interação, articulação, integração. Para quem está inserido no mundo dos projetos, essas são palavras-chaves não só para a conquista do financiamento, mas também para o sucesso na execução das ações. Ana Beatriz Patrício cita o clássico exemplo do atunho que se comporta de uma maneira não satis-

fatória na escola, mas se destaca positivamente nas atividades que desenvolve fora dela. Segundo a superintendente, para que isso não aconteça é fundamental que escola, ONG e família estejam articulados. “Não basta que as crianças frequentem a escola e o projeto social em turnos diferentes. É importante que esses setores mantenham diálogo constante para ter uma proposta comum para essa criança”, alerta.

E essa articulação deve se dar de uma forma ampla, envolvendo vários setores da sociedade. Nesse sentido, Fernando Fernandes enfatiza as contribuições que a sociedade civil pode oferecer ao Estado na formulação de políticas. Fernando atua na gestão de projetos do Observatório de Favelas, uma ONG que surgiu em 2001, no Rio de Janeiro, e que tem como missão pensar um projeto de cidade a partir das favelas, na perspectiva dos direitos humanos. Segundo ele, tudo o que a instituição faz possui conteúdo programático voltado para a proposição de políticas públicas para as favelas. Cristiane elogia essa posição: “Os projetos devem ser capazes de impactar a agenda pública e influenciar os processos de mobilização na sociedade”. Mas, para isso, é preciso articular redes e dialogar com todos os setores sociais. “A idéia é criar pontes”, afirma a coordenadora.

### ATENÇÃO AOS DETALHES

Segundo os palestrantes, é preciso que os representantes das instituições tenham em mente\* que não há um modelo ou uma fórmula pré-estabelecida para se desenvolver um projeto. Porém, existem alguns pontos aos quais é preciso ficar atento para que a proposta seja bem avaliada e obtenha um retorno positivo. De acordo com Ana Beatriz Patrício, é importante, por exemplo, que o projeto esteja de acordo as linhas de ação do financiador. Além disso, é necessário que o trabalho seja detalhado e apresente de forma clara os objetivos que pretende alcançar.

Mas, segundo Cristiane Félix, para conseguir atender a esses propósitos, antes de mais nada, é preciso